



MUNICIPIO DA FIGUEIRA DA FOZ

ANO 2021

RELATÓRIO DE CONTAS CONSOLIDADO



Relatório de Gestão Consolidado





ÍNDICE

1. Breve Abordagem	4
2. Principais Atividades Desenvolvidas.....	9
3. Análise Económico Financeira da Atividade Consolidada do exercício.....	28
2.1. Análise ao Balanço Consolidado.....	28
2.2 Análise à Demonstração de Resultados Consolidada.....	33
2.3 Impacto da pandemia Covid-19 no Grupo Municipal.....	37
4. Demonstrações de Orçamentais Consolidada.....	40
5. Demonstrações Financeiras Consolidada.....	42
6. Anexos às Demonstrações Financeiras Consolidadas.....	47
7. Informações relativas aos procedimentos de consolidação.....	68



1. BREVE ABORDAGEM

O GRUPO – ENQUADRAMENTO

O Município da Figueira da Foz, Pessoa Coletiva de Direito Público, é a entidade-mãe do Grupo Municipal, constituído por um conjunto de entidades que prosseguem atividades que, no essencial, se enquadram no âmbito das suas atribuições e competências.

Tendo por base a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), nele se prevê no n.º 1 do artigo 75.º a obrigatoriedade dos municípios apresentarem contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas.

O n.º 4 e o n.º 5 do mesmo artigo, refere que a existência ou presunção de controlo, por parte das entidades referidas no n.º 1 relativamente a outra entidade, afere-se pela verificação dos seguintes pressupostos referentes às seguintes entidades:

- a) Serviços Municipalizados e intermunicipalizados, a detenção, respetivamente, total ou maioritária, atendendo no último caso, ao critério previsto no n.º 4 do artigo 16º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto;
- b) De natureza empresarial, a sua verificação casuística e em função das circunstâncias concretas, por referência aos elementos de poder e resultado, com base, designadamente numa das seguintes condições:
 - i) De poder, como sejam a detenção da maioria do capital ou dos direitos de voto, a homologação dos estatutos ou regulamento interno e a faculdade de designar, homologar a designação ou destituir a maioria dos membros dos órgãos de gestão;
 - ii) De resultado, como sejam o poder de exigir a distribuição de ativos ou de dissolver outra entidade.

Presume-se, ainda, a existência de controlo quando se verifique, relativamente a outra entidade, pelo menos um dos seguintes indicadores de poder ou de resultado:

- faculdade de vetar orçamentos;
- a possibilidade de vetar, derrogar ou modificar as decisões dos órgão de gestão;
- a detenção da titularidade dos ativos líquidos com direito de livre acesso a estes;
- a capacidade de conseguir a sua cooperação na realização de objetivos próprios;



- a assunção da responsabilidade subsidiária pelos passivos da outra entidade.

Acrescenta ainda o n.º 6, que devem ainda ser consolidadas, na proporção da participação ou detenção, as empresas locais que de acordo com o n.º 7 da lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, integrem o sector empresarial local e os serviços intermunicipalizados, independentemente da percentagem de participação ou detenção do município, das entidades intermunicipais ou entidade associativa municipal.

Os documentos de prestação de contas consolidados, de acordo com o n.º 7 do referido artigo, constituem um todo e compreendem o relatório de gestão e as seguintes demonstrações financeiras:

- a) Balanço Consolidado;
- b) Demonstração consolidada nos resultados por natureza;
- c) Mapas de fluxos de caixa consolidados de operações orçamentais;
- d) Anexo às demonstrações financeiras consolidadas, com a divulgação de notas específicas relativas à consolidação de contas, incluindo os saldos e os fluxos financeiros entre as entidades alvo da consolidação e o mapa de endividamento consolidado de médio e longo prazos e mapa da dívida bruta consolidada, desagregado por maturidade e natureza.

O referido artigo, no seu n.º 8, acrescenta que os procedimentos, métodos e documentos contabilísticos para a consolidação de contas dos municípios, das entidades intermunicipais e das entidades associativas municipais são os definidos para as entidades do sector público administrativo.

Importa referir que a exata definição das entidades relevantes para efeitos de consolidação de contas de acordo com o artigo 75ª da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, suscitou algumas dúvidas, pelo que o Município da Figueira da Foz, solicitou esclarecimentos à DGAL, em 3 de setembro de 2014, cuja resposta foi efetivada com o envio em 25 de maio 2015 de **Instruções para o Exercício de 2014**.

Por outro lado, Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais (RJAEPL), aplica-se à constituição ou mera participação em associações, cooperativas, fundações ou quaisquer outras entidades de natureza privada ou cooperativa pelos municípios, pelas associações de municípios, independentemente da respetiva tipologia e pelas áreas metropolitanas.

O Sistema de Normalização Contabilístico para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Dec. Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, na sua atual redação, aplica-se a todos os serviços e



organismos da administração central, regional e local que não tenham natureza, forma e designação de empresa, ao subsetor da segurança social, e às entidades públicas reclassificadas.

No SNC-AP os interesses em outras entidades são regulados pelas seguintes normas:

- NCP 21 – Demonstrações Financeiras Separadas
- NCP 22 - Demonstrações Financeiras Consolidadas
- NCP 23 – Investimentos em Associadas e empreendimentos Conjuntos
- NCP 24 – Acordos Conjuntos

Adicionalmente podem ainda aplicar-se as seguintes normas:

- NCP 1 – Estrutura e Conteúdos das Demonstrações Financeiras
- NCP 16 – Efeitos de alterações em Taxas de Câmbio
- NCP 18 – Instrumentos Financeiros
- NCP 20 – Divulgação das Partes Relacionadas
- EC – Estrutura Conceptual.

Perímetro Consolidação SNC-AP

O artigo n.º 7 do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro – diploma que aprova o SNC-AP- estabelece, em matéria de consolidação de contas, e quanto ao perímetro de consolidação, o seguinte:

- Perímetro de consolidação em matéria orçamental (NCP26)
- Perímetro de natureza financeira (NCP 22)

Perímetro de Consolidação Orçamental da Administração Local	Perímetro de Consolidação Financeira da Administração Local
Conjunto das entidades incluídas neste subsetor nas últimas contas setoriais publicadas pelo INE, IP, em cumprimento do SEC	Entidades controladas pela administração local (aplicação da NCP 22)

O SNC- AP não estabelece explicitamente os pressupostos de presunção de controlo, no entanto, para a administração local, os mesmos estão previstos no n.º 4 e 5 do artigo 75.º do RFALEI.

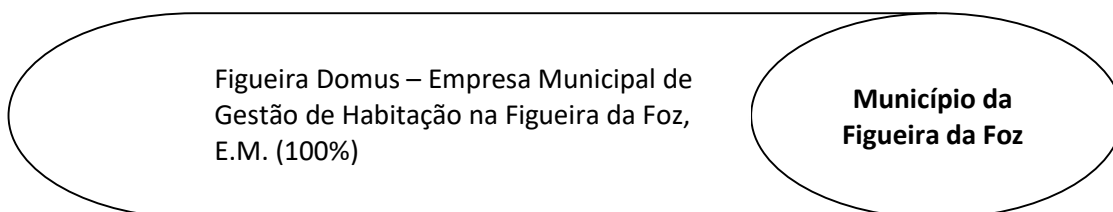
As demonstrações consolidadas orçamentais e financeiras consubstanciam perímetros diferentes. Não se trata de duas prestações de contas consolidadas diferentes, mas sim de mapas distintos na mesma prestação de contas consolidada.



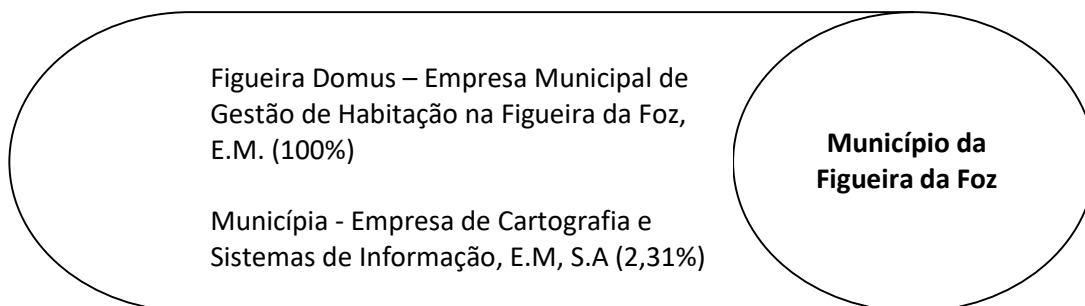
Assim sendo, aquando da apresentação da prestação de contas consolidadas, o Município apresenta mapas orçamentais com perímetro orçamental e mapas financeiros com perímetro de controlo¹.

Numa primeira fase, é necessária a identificação das entidades a incluir no perímetro de consolidação de contas orçamental e no perímetro de contas financeiro, para posteriormente obter de cada uma delas os respetivos elementos financeiros.

PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO ORÇAMENTAL – ANO 2021



PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO FINANCEIRO - ANO 2021



Número de Trabalhadores

No exercício de 2021, o número de trabalhadores ao serviço, das entidades incluídas no perímetro de consolidação foi de 839.

¹ Fonte: FAQ da CNC (resposta à pergunta n.º 18): (Aprovada pelo CNCP em 7 de novembro de 2017). http://www.cnc.min-financas.pt/faq_publico.html

**Quadro n.º 1**

CATEGORIA	Número de Trabalhadores		TOTAL
	Município da Figueira da Foz	Figueira Domus, E.M.	
Dirigente Superior	0	0	0
Dirigente Intermédio	22	1	23
Carreiras Gerais - Técnico Superior	118	8	126
Carreiras Gerais - Assistente Técnico	174	4	178
Carreiras Gerais - Assist. Operacional	451	2	453
Bombeiros	33	0	33
Informática	9	0	9
Outros	17	0	17
	824	15	839

Método de consolidação orçamental – NCP 26

Este método, suportado pelas contas da classe zero, consiste na soma algébrica de rubricas equivalentes, de obrigações, de pagamentos, de liquidações e de recebimentos das demonstrações orçamentais individuais das entidades pertencentes ao perímetro de consolidação e na posterior eliminação, tendo em consideração as entidades dependentes de cada um dos níveis de consolidação, dos saldos resultantes de obrigações e liquidações recíprocas por natureza, assim como dos saldos de pagamentos e recebimentos de operações internas por natureza.

A consolidação orçamental apenas será efetuada com a empresa Figueira Domus, E.M.

Método de consolidação financeira – NCP 22

Controlo	Tipo de Participação	NCP aplicável	Mensuração		Entidade consolidada
			Contas Individuais	Contas Consolidadas	
Controlo (exclusivo)	Entidades controladas	NCP 22	Método de Consolidação Integral	Método de Consolidação Integral	Figueira Domus, E.M.
Controlo Conjunto	Empreendimento Conjunto	NCP 24	Método de Equivalência Patrimonial	Método de Equivalência Patrimonial	Município S. A.

Método de consolidação integral – método adotado em situações de controlo exclusivo, consiste na integração nas demonstrações financeiras da empresa consolidante e das demonstrações financeiras das empresas consolidadas, evidenciando os interesses que não controlam, caso existam. De acordo



com este método, deve somar-se linha a linha, isto é, conta a conta, todos os elementos das demonstrações financeiras das subsidiárias (ativos, passivos, rendimentos e gastos). Seguidamente deve eliminar-se a participação financeira da empresa detentora e os capitais próprios da subsidiária.

Ajustamentos de pré-consolidação:

1. Reunir as demonstrações financeiras da entidade que controla e das entidades controladas
2. Uniformizar as demonstrações financeiras
3. Combinar os itens semelhantes do Balanço e da Demonstração de Resultados

Ajustamentos de pré-consolidação:

4. Eliminar o investimento da entidade que controla na entidade controlada
5. Reconhecer os interesses que não controlam
6. Eliminar os saldos e transações intragrupo público
7. Alocar os resultados
8. Apresentação de Demonstrações Financeiras Consolidadas

Método de Equivalência Patrimonial (MEP) – em que os ativos financeiros de uma investidora numa associada ou empreendimentos conjuntos são mensurados no reconhecimento inicial pelo custo, e subsequentemente ajustados da sua quota-parte dos aumentos e diminuições da entidade investida.

2. PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

- MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ

O Município da Figueira da Foz é uma Pessoa Coletiva de Direito Público, a quem compete assegurar a prossecução de interesses comuns e próprios correspondentes à população residente no território do Concelho da Figueira da Foz.



ACTIVIDADE

A Câmara Municipal desenvolveu um vasto conjunto de atividades que abrangeram as principais áreas da competência do Município, em consonância com as políticas do executivo e alinhadas com os objetivos estratégicos estabelecidos, assegurando ainda um volume significativo de investimento.

O ano de 2021 foi marcado pelos impactos da Pandemia por Covid-19, que afetaram todos os níveis da vida individual e coletiva, numa escala a nível internacional.

Ao nível da **Função Educação**, no âmbito do quadro de transferência de competências nos órgãos municipais, no domínio da Educação, já assumido desde o ano letivo de 2019/20, foram mantidos os contratos de delegação de competências nos Diretores dos Agrupamentos de Escolas e Escola Não Agrupada, instrumento que se tem revelado vantajoso e que tem produzido resultados positivos na garantia dos interesses da comunidade escolar, numa lógica de respeito pela autonomia e diversidade das diferentes unidades de gestão e num quadro de articulação e ajustamento permanente entre as partes.

Partindo de um olhar focado na comunidade educativa, o Município prosseguiu a sua missão de melhoria e de inovação do projeto educativo e na oferta das escolas aos seus alunos, tendo sempre em vista a adequação das respostas às necessidades e aos desafios que lhes foram sendo colocados. Com efeito, tendo por base uma forte acuidade na otimização dos recursos públicos, a Autarquia procurou conciliar, por um lado, as suas competências decorrentes da legislação vigente e dos compromissos que assumiu através da candidatura a diversos programas do Ministério da Educação e, por outro, às solicitações (muitas vezes, da sua própria iniciativa) que, transcendendo as suas competências, constituem aspetos que concorrem, inevitavelmente, para a igualdade de oportunidades no acesso e êxito escolar dos nossos alunos.

No ano letivo 2021/2022, a Rede Oficial da Educação Pré-escolar do Município, é constituída por 20 Jardins-de-infância, frequentados por 557 crianças; a Rede Pública do 1.º CEB do Município é constituída por 26 estabelecimentos de ensino, frequentados por 1.605 alunos e aos níveis de ensino integrados nos respetivos AE/ENA, destacam-se 7 estabelecimentos de ensino com 2º e 3º CEB, frequentados por um total de 1.039 e 1.498 alunos, respetivamente, e por 3 estabelecimentos de ensino secundário, frequentado por um total de 1.246 alunos. A Rede Pública do Concelho da Figueira da Foz é constituída por quatro Agrupamentos de Escolas (AE) e por uma Escola Não Agrupada (ENA).

Com efeito, tendo por base uma forte acuidade na otimização dos recursos públicos, a Autarquia procurou conciliar, por um lado, as suas competências decorrentes da legislação vigente e dos compromissos que assumiu através da candidatura a diversos programas do Ministério da Educação e,



por outro, às solicitações (muitas vezes, da sua própria iniciativa) que, transcendendo as suas competências, constituem aspetos que concorrem, inevitavelmente, para a igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar dos nossos alunos.

São exemplo disso, a concretização de políticas de apoio às famílias, designadamente, o apoio ao nível dos transportes escolares (por exemplo, através da comparticipação de passe escolar a 100% aos alunos do ensino secundário), dos manuais escolares (oferta dos livros de atividades e/ou obras do Plano Nacional de Leitura aos alunos subsidiados de todos os níveis de ensino), do reforço substancial na atribuição de bolsas de estudo ao abrigo de protocolo com o Rotary Club da Figueira da Foz, apenas para citar alguns exemplos.

Face ao sucesso da implementação do Plano Inovador de Combate ao Insucesso Escolar, o Município associou-se, ainda, como parceiro da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra à 2ª fase de candidatura, tendo iniciado antes do final do ano letivo de 2020/21 a constituição de uma Equipa Multidisciplinar de intervenção multinível, com a consequente contratação de técnicos especializados - uma Técnica de Serviço Social, uma Psicóloga de Educação, dois Terapeutas da Fala, uma Terapeuta Ocupacional e uma Mediadora Sociocultural, de etnia cigana, para intervenção direta nos estabelecimentos escolares do Concelho.

Foram assegurados um conjunto de serviços no âmbito da ação social escolar, nomeadamente, o transporte escolar, inclusive transporte de alunos com necessidades especiais, fornecimento de refeições escolares e prolongamento de horário ao nível da educação pré-escolar. Procedeu-se, também, à manutenção, conservação e apetrechamento dos estabelecimentos de educação pré-escolar, do 1.º, 2.º e 3.º ciclo do ensino básico e ensino secundário, aquisição de equipamento e material escolar e fornecimento contínuo de combustíveis de aquecimento para os diversos Estabelecimentos de Educação Pré-escolar e Escolas do 1.º, 2.º e 3.º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário, da Rede Oficial do Município.

O Município prosseguiu, ainda, o esforço de requalificação dos equipamentos escolares, modernizando o parque escolar municipal e dotando os estabelecimentos escolares de equipamento adequado às necessidades da comunidade educativa, nas suas várias vertentes.

Foi dada continuidade às obras do Centro Escolar do Bom Sucesso, que se preveem concluídas no decorrer do mês de junho de 2022, bem como das obras de requalificação da Escola Secundária Dra. Cristina Torres.

Estando sinalizada como intervenção prioritária a requalificação do edifício escolar da Escola Secundária Dr. Bernardino Machado, foi dado prosseguimento ao respetivo projeto de arquitetura, sempre em estreita articulação com a direção do Agrupamento de Escolas e com a Direção de Serviços



da Região Centro da DGEstE – Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, com vista à definição de um programa de intervenção ajustado às necessidades da comunidade educativa.

No que respeita às **Funções de Saúde, Segurança e Ação Social**, o Município negociou e aprovou, nos órgãos competentes, o Auto de Transferência que continua dependente da formalização por parte da Administração Regional de Saúde do Centro, no quadro da transferência do quadro de competências neste domínio, conforme consubstanciado no decreto-lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro.

Este processo foi precedido pela constituição do Conselho Municipal de Saúde e pela aprovação da Estratégia Municipal de Saúde, documento estratégico que norteará uma parte substantiva da intervenção a desenvolver sob a égide do Município, em parceria com as entidades de saúde competentes, a nível local e regional. Precedendo o processo de descentralização administrativa nesta área, o Município assumiu o compromisso de co-financiar duas unidades de saúde móveis, no âmbito de candidatura apresentada pela Comunidade Intermunicipal para a Região de Coimbra (não obstante a candidatura prever apenas uma viatura por concelho, o Município da Figueira da Foz envidou esforços, no sentido de reforçar a aposta nesse importante recurso), as quais foram colocadas ao serviço da comunidade, nomeadamente no processo de vacinação da população.

O trabalho desenvolvido nas áreas da Saúde e da Reabilitação assentou fortemente na prevenção da doença e na promoção da saúde, no incentivo e apoio à autonomia e à integração das pessoas portadoras de deficiência, sempre em parceria com os Serviços de Saúde e as instituições de particulares de solidariedade social. Deu-se continuidade ao desenvolvimento do Programa Municipal Figueira Cidade Saudável, mediante a realização de novos protocolos em novas áreas. No âmbito da pandemia por Covid-19, continuou o esforço conjunto de permanente concertação, na testagem à população e na vacinação.

Na área da Ação Social, deu-se continuidade aos programas comunitários de ajuda alimentar, tendo o Município assumido a coordenação do Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas, em parceria com oito IPSS e uma Freguesia que têm assegurado a distribuição dos alimentos.

Atendendo ao contexto pandémico vivenciado, o ano de 2021 constituiu-se como mais um desafio para os Serviços Sociais do Município da Figueira da Foz que, para além dos apoios que já prestava regularmente, teve de criar meios e estratégias para apoiar as famílias que, fruto da pandemia, ficaram numa situação de vulnerabilidade e ainda apoiar as Instituições Particulares de Solidariedade Social para que estas pudessem continuar a prestar os cuidados aos seus utentes, muitos deles pertencentes



a grupos especialmente vulneráveis como sejam as Pessoas em Situação de Sem Abrigo, Vítimas de Violência Doméstica, idosos e minorias étnicas.

Foi um ano de consolidação de programas de respostas sociais lançados em anos precedentes. Muitos desses programas foram dirigidos a públicos vulneráveis como o Programa Figueira a Sorrir, o Figueira Abem, a tarifa social da água, o Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (POAPMC), o Serviço de Transporte Municipal, o Programa Figueira Vale +, entre outros.

Concomitantemente, foram desenvolvidos esforços para, através de apoios indiretos, criar condições para mitigar as necessidades daqueles que mais precisam tendo, desta forma, e através da prestação direta de apoio financeiro, apoiado a atividade regular das IPSS's e, ainda, através de apoio financeiro indireto, apoiando, pontualmente, em algumas atividades desenvolvidas por estas instituições decorrentes da pandemia, não descurando a consolidação de parcerias com programas nacionais e comunitários como o Projeto Recrear Vivências, Mais Atlântico, Mais Interações em Movimento, Sem Diferenças, o CAV e o CAFAP.

Apesar do contexto adverso, o Município não descurou todo o trabalho de planeamento que vinha a ser realizado nos últimos anos, tendo aprofundado e implementado os instrumentos de planeamento vigentes, como sejam o Plano de Desenvolvimento Social, o Plano Municipal para a Igualdade e o Plano para a Integração das Comunidades Ciganas, sob a égide do Programa Rede Social que, ao envolver cerca de duas dezenas de parceiros sociais locais, permitiu o desenvolvimento de ações estruturantes, a emissão de pareceres a programas nacionais e comunitários, sempre numa lógica de rentabilização dos recursos existentes e das necessidades identificadas.

Foi ainda um ano de abraçar novos desafios, sendo exemplo disso a assinatura da Carta de Compromisso referente ao Projeto “Planos locais para a Integração das Comunidades Ciganas”, a integração do agrupamento de Entidades Adjudicantes para a aquisição de serviços de consultoria especializada para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Social e Carta Social da Região de Coimbra e ainda a assinatura do Protocolo de Colaboração no âmbito do Projeto Integrar Valoriza, o qual procura constituir uma oportunidade de excelência para o reforço de uma abordagem integrada e de proximidade, que contribuirá para a concretização dos projetos de vida daqueles que procuram Portugal para residir, contribuindo para o desenvolvimento do País, sem deixarem de beneficiar das condições adequadas a uma vida digna.

Apesar de todo este trabalho, o Município prosseguiu como parceiro e investidor social de projetos inovadores desenvolvidos por parceiros dinâmicos e credíveis que, no âmbito da implementação de candidaturas, conseguiram dar respostas inovadoras e diferenciadoras a público-alvo distintos com



sejam: os idosos, através do VirtAL, os jovens através de uma clara aposta no cuidar da saúde mental, com o Projeto Sucesso, Mento e Saúde (SMS) e ainda os desempregados e empreendedores, como o Microninho.

Ao nível da **Função Habitação e Serviços Coletivos**, importa destacar o trabalho desenvolvido pela empresa Figueira Domus, E.M. no que diz respeito à área da Habitação, detalhado na parte relativa a esta entidade consolidada.

Ainda na área da Habitação destaca-se o Gabinete de Estratégia Local de Habitação (GELH) criado através do Despacho n.º 5185/2021 de 21 de maio, na sequência da 9.ª Alteração da Estrutura Orgânica dos Serviços do Município.

A Estratégia Local de Habitação da Figueira da Foz (ELHFF) pretende assegurar o acesso a uma habitação condigna para todos, com os Programas Municipais *Arrendamento 1º Teto* e *Arrendamento Solidário*, promovendo paulatinamente a autonomização dos beneficiários, para que possam integrar o mercado de arrendamento privado ou os Programas Municipais *Arrendamento Bonificado* e *Arrendamento Seguro*, e simultaneamente fomentar a reabilitação urbana do parque habitacional privado.

Na área de Ordenamento do Território, destacam-se alguns trabalhos: aprovação da 5.ª alteração à 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal da Figueira da Foz; 2.ª correção material da Reserva Ecológica Nacional; aprovação da 6.ª alteração (por adaptação) à 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal da Figueira da Foz; proposta do Plano de Pormenor da 1.ª Fase da Área Industrial e Empresarial do Pinhal da Gândra; gestão dos Planos Municipais de Ordenamento do Território do Município através da Plataforma de Submissão Automática dos Instrumentos de Gestão Territorial (SSAIGT); gestão dos procedimentos de elaboração/retificação/alteração/revisão dos Planos Municipais de Ordenamento do Território através da Plataforma Colaborativa de Gestão Territorial (PCGT); acompanhamento da elaboração do Estudo Urbanístico para o Vale de Tavarede, desenvolvido pela empresa ARQUIGRUPO, arquitetura e planeamento, Lda; prestação de informações/pareceres/respostas no âmbito do ordenamento do território em resposta a requerimento de munícipes, nomeadamente às informações simples ao abrigo da alínea a) do n.º 110.º do RJUE; apoio e acompanhamento de estudos e projetos de obras municipais, nomeadamente no âmbito do enquadramento nos instrumentos de gestão territorial em vigor; produção e georreferenciação de informação geográfica com influência no ordenamento do território, designadamente informação geográfica; apoio na gestão da Bolsa de Terras



Agroflorestais da Figueira da Foz (BTAF); acompanhamento da Avaliação Ambiental Estratégica e colaboração na Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas.

No âmbito da **Reabilitação Urbana**, procedeu-se à elaboração das Estratégias de Reabilitação Urbana, tais como: ARU (Área de Reabilitação Urbana) e ORU (Operação de Reabilitação Urbana) do Paião; ARU e ORU das Alhadas; estudo prévio da reabilitação do edifício do Arquivo do Município, sito na Rua 10 de agosto; concurso público de concessão dos apoios de praia do Cabedelo; agravamento de IMI dos imóveis assinalados ao abrigo dos artigos 89.º, 89.º-A, 90.º e 91.º do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação e acompanhamento do “Fundo Revive Natureza”.

Em maio de 2021, o município aderiu ao BUPI – Balcão Único do Prédio, inicialmente com a abertura de um balcão de atendimento a tempo parcial, posteriormente, a meados de julho, deu-se a abertura de mais 2 balcões de atendimento a tempo inteiro.

É de realçar, ainda, o trabalho efetuado pelo Sistema de Informação Geográfica (SIG) Municipal, responsável por toda a informação geográfica, proporcionando ao Município novos e importantes instrumentos, revelando-se útil a todos os serviços/trabalhos que, na sua génese, manuseiam informação de natureza geográfica, suportados pela cartografia digital (temática) atualizada e homologada.

Em termos de investimento público na área da reabilitação e regeneração urbana, destaca-se a realização e conclusão das obras relativas à Requalificação do Jardim Municipal e zonas envolventes, Intervenção na envolvente da Quinta das Olaias, Construção dos Passadiços na Costa de Lavos e Estabilização do Talude na Av. D. João Alves.

No quadro do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU), destaca-se a execução e conclusão das obras: Requalificação Urbana do Cabedelo e Requalificação do Núcleo Antigo da Figueira da Foz.

Para além destas intervenções, foram realizados diversos investimentos de requalificação de espaços públicos, distribuídos por diversas zonas da Cidade e por várias freguesias, cujo detalhe pode ser verificado no Relatório de Gestão referente ao Município.

Relativamente ao sector de Saneamento, Higiene e Salubridade manteve-se o serviço de recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos e prosseguiu-se com a política de recolha seletiva de resíduos, lavagem e desinfestação de contentores, de acordo com o contrato vigente com a empresa SUMA. A



empresa continuou também com a recolha gratuita de monos ao domicílio e recolha porta-a-porta na zona antiga de Buarcos.

Em parceria com a SUMA, foram realizadas várias campanhas e projetos de sensibilização, particularmente nas escolas, no sentido de transmitir aos mais jovens o respeito pelas regras ambientais e de cidadania.

Destacam-se, ainda, iniciativas na remoção de veículos em fim de vida, recolha de resíduos de construção e demolição (RCD), recolha de contentores RSU obsoletos, recolha de vidro plano, recolha de roupa e têxteis, óleo alimentar usado e resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos.

No âmbito do Ambiente e Conservação da Natureza, o Município recorreu a empresas prestadoras de serviços, para aplicação de herbicidas e controlo de pragas por todo o Concelho, no sentido de assegurar a melhoria constante da higiene, limpeza urbana e salubridade.

O Município celebrou, mais uma vez, o Protocolo de Colaboração com a Associação Bandeira Azul da Europa para a implementação do projeto ECO-ESCOLAS no concelho, obtendo 11 escolas galardoadas.

No âmbito do processo de candidatura de praias do Concelho à Bandeira Azul e Praia Acessível, foi atribuído e hasteado o galardão Bandeira Azul (BA) 2021 à Praia do Cabo Mondego, Tamargueira, Buarcos, Torre do Relógio, Cova Gala, Hospital, Leirosa, Costa de Lavos, Murtinheira e Quiaios.

O galardão Praia Acessível foi atribuído às seguintes praias: Praia da Torre do Relógio, Praia de Buarcos, Praia da Tamargueira e Praia de Quiaios, por serem as únicas que reúnem todos os critérios necessários à atribuição da Bandeira.

No âmbito da **Função Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos**, o Município continuou a oferecer importantes serviços ao nível da Cultura, dinamizando os diversos equipamentos culturais – Museu Municipal Santos Rocha, Biblioteca Pedro Fernandes Tomás, Núcleo Museológico do Mar, Núcleo Museológico do Sal, Centro de Artes e Espetáculos, Sítio das Artes, Núcleo de Arte Contemporânea Laranjeira Santos, Casa do Paço, Quinta das Olaias e o Convento de Seiça. Conta, ainda, com um património edificado de grande valia cultural, como é o caso do Forte de Santa Catarina, do apelidado “Bairro Novo”, local onde se concentra, numa área muito restrita e delimitada, um vasto património de Arte Nova e Art Deco, bem como, de outros monumentos espalhados pela cidade e freguesias do concelho.

Entre um vasto conjunto de iniciativas, da exclusiva responsabilidade do Município ou desenvolvidas em parceria, destaca-se as “5.ªs. de Leitura” e um novo projeto intitulado “Café com...” e as “Terças



com Poesia”, como um espaço privilegiado de interação entre leitores e variados escritores e pensadores e, ainda, os eventos: Sábado a Ler, Hora do Conto, Leitor do Mês e Baú das Histórias. Devido à situação pandémica ocorrida em 2021 muitas iniciativas e eventos culturais foram adiados ou cancelados. Em 2021, prosseguiram as atividades *online*, em que através das novas tecnologias, deu-se continuidade à divulgação de eventos em diversas vertentes de criação, partilha, mediação e inclusão, tentando abarcar todas as áreas das artes, de palco às visuais.

Através do CAE, o Município assegurou uma adequada oferta de produtos culturais, de exposições, de teatro, cinema e espetáculos de diversa natureza.

Destaca-se a edição de 2021 da *Feira do Livro, na Figueira da Foz*, decorreu de 9 de julho a 5 de setembro no espaço do *Meeting Point*, em parceria com a entidade “*Ao Pé das Letras*”.

No ano de 2021, o Município da Figueira da Foz deu continuidade ao projeto “Lojas com História” reconhecendo diversos estabelecimentos que já se encontram integrados na plataforma Comércio com História, da Direção-Geral das Atividades Económicas.

Ao nível da **Função Juventude e Desporto**, na área da Juventude este trabalho com e para os jovens, que se pretende informal e de proximidade, foi bastante prejudicado pela crise pandémica com a suspensão das atividades letivas dos estabelecimentos de ensino, situação que se prolongou durante parte significativa do segundo período e que condicionou a intervenção com a população jovem.

Ainda assim, em 2021, foi criado o programa municipal de valorização e capacitação juvenil: “Valoriza-te!...melhora as tuas competências!...” e foi dado prosseguimento ao apoio à atividade regular das associações juvenis, ao abrigo do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo Juvenil. O Município continuou a dinamizar o Conselho Municipal de Juventude, recorrendo, quando necessário, a plataformas digitais para assegurar as suas reuniões.

Durante o ano de 2021, teve lugar o lançamento e a operacionalização do POJ- Programa de Ocupação de Jovens, com vista à ocupação dos tempos livres dos jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 25 anos.

Na área do Desporto, para além do trabalho de análise técnica dos processos de apoio aos clubes e associações desportivas, foi dada prioridade à aplicação do Regulamento Municipal de Apoios ao Desporto e à dinamização de Programas e Projetos Municipais, alargando o espectro da intervenção do Município e reforçando a aposta na oferta desportiva de qualidade.

Foi com este espírito que o Município se associou à Comissão Europeia e a mais de trinta e cinco parceiros europeus, na realização da 7ª edição da Semana Europeia do Desporto, desenvolvendo e



promovendo o desporto e, por inerência, a atividade física, junto de todos os segmentos da população, independentemente da sua idade, sexo, contexto social ou nível de aptidão física.

Na área dos eventos, recorrendo a planos de contingência específicos, foi-nos permitido desenvolver um número muito significativo de ações, tendo-se mantido o apoio a alguns eventos desportivos de dimensão nacional e internacional, com assinalável impacto para a economia local, bem como a iniciativas que associam uma componente lúdica à vertente desportiva. Foi consolidada a aposta na imagem da Figueira da Foz, enquanto Município promotor de eventos desportivos de praia.

Deu-se continuidade à parceria estabelecida com a Escola Secundária Dr. Joaquim de Carvalho e Associação de Bodyboard Foz do Mondego, para a dinamização do Centro de Formação Desportiva de *Surf, Bodyboard* e *Vela* e ao projeto “O Ciclismo vai à Escola”, com o acompanhamento das atividades promovidas pelos Agrupamentos e a atribuição de apoio financeiro para a reparação das bicicletas. Paralelamente, manteve-se a aposta no envelhecimento ativo através da continuidade do Programa Municipal Qualidade de Vida que, em 2021, completou o seu 18.º ano consecutivo de atividade, com treze Centros de Atividade.

Manteve-se, igualmente, a procura de sinergias que visem concretizar projetos de prática desportiva na natureza, como o Centro Municipal de BTT, cuja implementação se prevê para a Primavera de 2022.

No âmbito da 2ª edição do orçamento participativo, foi construída uma *Pump Track* nos terrenos anexos ao Parque Municipal de Campismo, à qual se juntará um trilho verde do Centro de *Cycling*, dotando aquele espaço municipal de valências técnicas para a aprendizagem das diferentes variantes do ciclismo.

Foi efetuado o acompanhamento técnico aos percursos pedestres do Concelho, em estreita colaboração com a Divisão de Turismo e Desenvolvimento Económico e o Serviço de Proteção Civil.

Ao nível dos equipamentos desportivos, foi efetuada uma empreitada de beneficiação dos polidesportivos de Quaios, Bairro do Cruzeiro, Chã e Bairro da Celbi, com intervenções nas marcações, acessos e vedações.

Mantiveram-se as obras de remodelação do Estádio Municipal José Bento Pessoa, com o asfaltamento e instalação de relva sintética, instalação de iluminação LED, recuperação dos balneários e envolvente ao campo de jogos.

Foi apresentado à Agência Portuguesa do Ambiente o projeto para a implementação de um Centro de Lançamentos no areal da praia da Figueira da Foz, que servirá de complemento à pista de atletismo a edificar no Estádio Municipal.



Ainda no areal urbano, foi instalado um campo de *FutBeachGolf* de nove buracos, tendo o mesmo sido oficialmente inaugurado com a presença de representantes de clubes com prática federada de futebol e do internacional português de futebol de praia *Madjer*.

No quadro da **Função Indústria e Energia**, continuou a verificar-se uma crescente procura de lotes no Parque Industrial e Empresarial da Figueira da Foz (PIEF), para a qual não tem sido possível dar a resposta adequada, em função do limitado número de lotes disponíveis.

A ampliação do Parque Industrial e Empresarial da Figueira da Foz encontra-se em fase de contratação de obra a respetiva ampliação em 19,3 ha, que vai permitir a criação de 38 lotes adicionais. Esta intervenção integra todas as redes de infraestruturação básica, designadamente rede de águas, saneamento, gás, eletricidade, bem como telecomunicações e fibra ótica, alvo de uma candidatura ao Centro 2020, submetida em 28 de junho de 2019, enquadrada na Prioridade de Investimento (PI) 3.3 – “Concessão de apoios à criação e ao alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços”, devidamente aprovada.

Este projeto, visa responder à necessidade urgente de disponibilizar mais capacidade e qualidade em termos de espaços de acolhimento empresarial na Região de Coimbra, mas tem também uma visão estratégica bem marcada: existe, na Figueira da Foz, um sistema logístico-empresarial de enorme potencial, que valoriza a concentração territorial de infraestruturas, serviços e de dinâmica empresarial, em que integra espaços de acolhimento de atividades empresariais e logísticas, um porto comercial exportador, autoestradas e ferrovias de ligação no corredor litoral de Portugal e no corredor logístico designado por E-80 (Centro de Portugal - Castela e Leão – Centro da Europa).

Também é objetivo do Município, infraestruturar a Área Industrial e Empresarial do Pinhal da Gandra (Pincho), para que seja uma alternativa a empresas que se queiram instalar no norte do concelho.

Atualmente encontra-se a decorrer o período de discussão pública da proposta do Plano de Pormenor da 1.ª fase da Área Industrial e Empresarial do Pinhal da Gandra (Pincho), com um limite de área de intervenção de 17,8 ha (terrenos do município), que permitirá instalar unidades industriais neste espaço para atividades económicas.

É também objetivo do Município, infraestruturar a Área Industrial e Empresarial do Vale de Murta (Aviso n.º 1859/2022, de 27 de janeiro), para que seja uma alternativa a empresas que se queiram instalar no concelho, em que atualmente já se encontra em curso a elaboração do Plano de Pormenor.



Na área da energia a Câmara Municipal deu continuidade à estratégia de implementação de medidas que promovem a eficiência energética.

Prosseguiu-se o trabalho de reformulação e modernização de toda a Iluminação Pública do Concelho. Em função da monitorização e da avaliação realizada, os resultados obtidos confirmaram a redução de consumos e de emissão de CO₂ dentro dos parâmetros estabelecidos, o que conduziu à decisão do Executivo Municipal de avançar para a implementação do projeto de Eficiência Energética da Iluminação Pública – *Smart Cities* em todo o concelho da Figueira da Foz.

Assim, a Câmara Municipal deliberou abrir concurso público para a realização do referido investimento por deliberação de 07/06/2021, com o valor base de € 7.499.995,50 + IVA.

De forma a assegurar o financiamento deste importante investimento, os órgãos municipais aprovaram a contratação de um empréstimo até € 7.950.000,00, cujo contrato obteve o necessário Visto do Tribunal de Contas em 26/08/2021.

Constituiu um aspeto relevante da ação do Município no quadro da **Função Transportes e Comunicações**, o esforço na reabilitação da rede viária, quer na zona rural, quer na zona urbana, realizando um vasto conjunto de intervenções distribuídas pelo território municipal.

Em 2021, o Município deu continuidade à manutenção e conservação da sinalização vertical e horizontal, de forma a garantir a mobilidade e acessibilidade pedonal, promovendo a segurança rodoviária, em todo o Concelho, em estreita coordenação com os diversos agentes que operam nesta área.

No âmbito da **Função Comércio e Turismo**, enquadram-se as ações desenvolvidas na área dos Mercados e Feiras e na área do Turismo.

A atividade anual ficou marcada pela ausência dos grandes eventos: Carnaval, Páscoa, Festas da Cidade, concertos e festivais de verão, e até mesmo a Passagem de Ano viu o programa cancelado devido ao facto do artista principal ter sido infetado pela Covid 19.

Como vem sendo habitual, apesar dos condicionalismos gerados pela pandemia, não se quis deixar de assinalar o Dia Internacional da Criança. Na impossibilidade de criar um recinto com atividades, levou-se a todas as creches, infantários e escolas do 1º Ciclo, durante 4 dias, um camião TIR decorado, com a participação de 10 animadores e surpresas para as 3.800 crianças que visitou. Esta iniciativa foi muito bem recebida, não apenas pelas crianças, mas também pelas Escolas e pelos próprios Pais.



Durante a época estival as medidas de combate à pandemia foram aliviadas o que permitiu a realização de diversas iniciativas, maioritariamente de rua, que permitiram, por um lado, devolver animação às ruas da cidade e por outro apoiar artistas, coletividades, empresas, entre outros agentes relacionados com o mundo artístico e cuja atividade estava suspensa.

Nos meses de junho, julho, agosto e setembro, foram realizadas dezenas de animações de rua, com foco nas artes performativas e sob várias temáticas: Santos Populares, Artes Circenses, Estátuas Vivas, Filarmónicas, *Dixie Bands*, Tunas Académicas, Brasil e Espanha.

Reconfigurou-se a Feira das Freguesias num evento descentralizado e dinamizado nas e pelas próprias Freguesias com a colaboração das Juntas, designado “Viva as Freguesias”; as Marchas de São João apresentaram-se em formato de mini Marchas itinerantes; foram criados pequenos grupos de bandas filarmónicas, grupos de teatro e de música, animadores circenses; mini-Escolas de Samba. Todos estes elementos percorreram as principais artérias da cidade e todas as freguesias do litoral, animando o público que, com enorme resiliência, tentava contrariar os efeitos da pandemia. O já tradicional evento *Serenatas do Mondego* foi transformado num evento denominado *Serenatas Aquém e Além Mondego*, que em parceria com a Sociedade Filarmónica Dez de Agosto levou Fado também às Freguesias fora da zona urbana.

De realçar a importância e interesse que despoletou no público o ENVE – Encontro Nacional de Veículos Elétricos, realizado nos dias 5 e 6 de junho, que recebeu centenas de visitantes.

Em julho e agosto foram dinamizados pela primeira vez os Postos de Turismo Avançados, que com animadores trajados à época, percorreram diversos locais do concelho, zona urbana e freguesias com praia, disponibilizando o serviço de visita guiada gratuita, contando as histórias da cidade ou das freguesias.

O ano de 2021 ficou ainda marcado pelos projetos criados em parceria com outros Municípios como são os casos de: *Surf No Crowd* (parceria com Cantanhede e Mira); *Mar que nos Une* (parceria com Cantanhede e Soure); *Rio que nos Une* (parceria com Montemor-o-Velho) e *Happy Jazz* (parceria com Cantanhede e Soure). Todos estes projetos foram alvo de financiamento e à exceção do *Surf No Crowd*, que culminou em 2021 (deveria ter encerrado em 2020), todos os outros iniciaram as suas ações em 2021 e terminarão em 2022. Estes projetos incentivam à promoção de eventos em rede, para uma maior dinamização de ações culturais no território.

Todos os projetos de promoção em Feiras do setor do Turismo, internas e externas, foram suspensos, com a retoma prevista para 2022.



No que se refere ao Programa de Cooperação Transfronteiriço Espanha Portugal (POCTEP) - Rede de Cidades Verdes Cencyl, encerrado em dezembro de 2021, teve uma execução orçamental de 91%.

No âmbito dos projetos em Rede e, neste caso, no âmbito da CIMRC, é de realçar a Região Europeia da Gastronomia e duas ações em particular: a Carta Gastronómica, na qual consta a história gastronómica da Região e as receitas mais emblemáticas dos 19 Municípios; e o Menu *Taste Coimbra Region*, em vigor em 5 restaurantes figueirenses selecionados no âmbito do projeto Seleção Gastronomia e Vinhos, que deu origem a um *voucher* no valor de 15€, para degustação de qualquer um dos menus da Região.

Ao longo do ano de 2021, a Figueira da Foz acolheu diversas produções televisivas e promoveu também a realização de um documentário sobre o concelho – Claridade, Uma Viagem nas Origens - com a participação especial de Gonçalo Cadilhe, um viajante e contador de histórias apaixonado pelo Mundo, mas eternamente enamorado pela Figueira da Foz.

Já próximo do final do ano, destacou-se a realização na Figueira da Foz da Grande Final do Campeonato do Mundo de Motonáutica. A cidade recebeu cerca de 200 elementos das 10 equipas em competição. Com transmissão nos canais da especialidade, a realização da prova procurou contribuir para a divulgação da cidade e contrariar a sazonalidade, contribuindo para a animação turística em época habitualmente designada como “época baixa”, com efeitos positivos junto das unidades hoteleiras e no volume de negócios do comércio e restauração da cidade.

A pandemia da Covid-19, afetou com grande gravidade a atividade económica, fragilizando diversos setores da economia local, verificando-se quebras significativas na atividade e faturação de várias empresas e, concomitantemente, perda de rendimentos dos agregados familiares, refletindo-se no aumento do número de desempregados. Atento a esta nova circunstância, foram adotadas medidas de apoio às atividades económicas do Concelho da Figueira da Foz, das quais se destacam as principais:

- Linha de Apoio a Empresas e Trabalhadores;
- Boletim do Investidor | Guia das Medidas de Apoio às Atividades Económicas
- Programa Figueira Vale Mais, não só na perspetiva de apoio social às famílias que perderam rendimento, mas como apoio ao pequeno comércio local;
- Fundo de Emergência Municipal de Apoio às Empresas.

Ao nível da **execução orçamental e atividade financeira** em 2021, importa destacar os seguintes indicadores:



- A receita efetiva cobrada (que corresponde às quantias recebidas que aumentam caixa e equivalentes de caixa, sem gerarem obrigações orçamentais) ascendeu a € 48.647.319 (receita líquida), tendo apresentado um aumento de 6,50% face ao exercício anterior, o que corresponde, em termos absolutos, a uma variação positiva de € 2.967.464.
- A taxa de execução da receita efetiva (líquida) foi de 82,83%.
- As receitas correntes (líquidas) totalizaram a importância de € 43.593.878, registando uma taxa de execução de 91,61% e um acréscimo no montante de € 2.260.990.
- Os Impostos Diretos somaram a importância de € 21.814.459 (valor líquido), verificando-se um aumento, em termos absolutos, de € 1.477.299. Destaca-se o acréscimo da receita do Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (mais € 1.794.009) e a redução da receita da Derrama (menos € 667.076).
- O IGeFE - Instituto de Gestão Financeira da Educação, IP transferiu para o Município a importância de € 5.042.448, no âmbito do processo de Descentralização de Competências na Área da Educação estabelecido pela Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, e nos termos do respetivo diploma de âmbito setorial (Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro).
- As receitas de capital efetivas (líquidas) ascenderam a € 5.031.502, apresentando um índice de cobrança de 45,14% e um crescimento de € 825.705.
- A taxa de execução da receita total líquida foi de 85,70%, não se registando desde 2014 (ano da entrada em vigor da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro) um índice de cobrança inferior a 85%, pelo que não haverá lugar ao mecanismo de “*Alerta precoce de desvios*” previsto no artigo 56.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, na sua redação atual.
- A despesa efetiva paga (que corresponde à despesa deduzida dos ativos e passivos financeiros de natureza orçamental) totalizou a importância de € 47.360.375, contabilizando um aumento de € 6.289.352 face ao ano anterior.
- O valor da despesa paga respeitante à aquisição de bens de capital foi de € 11.472.094, registando um acréscimo de € 2.911.137 comparativamente a 2020.
- A despesa total comprometida ascendeu a € 58.951.529, correspondendo a 83,57% do valor do Orçamento da Despesa.
- A Lei n.º 6/2020, de 10 de abril (Regime excecional para promover a capacidade de resposta das autarquias locais no âmbito da pandemia da doença COVID-19), na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 6-D/2021, de 15 de janeiro, veio estabelecer, para o ano de 2021, a suspensão da aplicação da Regra do Equilíbrio Orçamental



prevista no n.º 2 do artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual. Apesar deste Regime excecional, a Regra do Equilíbrio Orçamental foi cumprida no exercício de 2021.

- O saldo primário (que corresponde à diferença entre a receita efetiva e a despesa efetiva deduzida dos juros) apresentou, no exercício de 2021, um valor positivo de € 1.476.942, o que evidencia a capacidade de poupança do Município que permitiu manter o equilíbrio das finanças municipais, financiando com meios próprios o investimento e permitindo acomodar o serviço da dívida.

- O capital em dívida respeitante aos contratos de empréstimos de médio e longo prazo, ao acordo de regularização de dívida – Paço de Maiorca e aos contratos de locação financeira imobiliária totalizou, no final do exercício de 2021, a importância de € 17.030.976, registando um aumento de 20,96% em relação a 2020, correspondendo a um aumento, em termos absolutos, de € 2.950.907.

- Em 2021, o Município cumpriu o Limite da Dívida Total previsto no artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, tendo a margem absoluta o valor de € 39.045.934.

Refira-se que a Lei n.º 35/2020, de 13 de agosto (que veio alterar as regras sobre o endividamento das autarquias locais para os anos de 2020 e 2021 e prorrogar o prazo do regime excecional de medidas aplicáveis às autarquias locais, no âmbito da pandemia da doença COVID-19), prevê no n.º 1 do seu artigo 2.º que, nos anos 2020 e 2021, não se aplica o disposto na alínea b) do n.º 3 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual. Ou seja, não se aplica a regra que os municípios que cumpram o Limite da Dívida Total só podem aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20% da margem disponível no início de cada um dos exercícios.

- No final do exercício de 2021, o Prazo Médio de Pagamentos situou-se em 24 dias.

- O Município manteve-se, no exercício em análise, numa situação sem Pagamentos em Atraso, cumprindo, assim, o disposto no artigo 7.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso). Todos os compromissos registados no ano de 2021 foram assumidos com enquadramento nos respetivos Fundos Disponíveis, cumprindo-se, assim, o disposto no artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua redação atual (Diploma que estabelece os procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso).

- O Resultado Líquido do Exercício de 2021 é negativo, no montante de € 4.137.907.

RESULTADOS

O Resultado Líquido do Exercício de 2021 é negativo, no valor de € 4.137.907, como resultado de um total de Rendimentos de € 46.497.261 contra um total de Gastos de € 50.635.168.



No ano económico de 2021, registou-se um total de Gastos decorrentes da atividade desenvolvida pelo Município, no valor de € € 50.635.168, representando mais 8,32% (€ 3.889.554) do que no ano anterior.

As parcelas mais representativas dos Gastos incorridos pelo Município (não considerando os Gastos de Depreciação e de Amortização) foram as rubricas de Transferências e Subsídios Concedidos e os Gastos com Fornecimentos e Serviços Externos, com pesos de 23,70% e 17,45%, respetivamente.

A atividade desenvolvida no ano económico de 2021 originou Rendimentos, no valor total de € 46.497.261, os quais aumentaram 1,06% (€ 486.951), comparativamente a 2020.

- FIGUEIRA DOMUS, E.M.



A Figueira Domus – Empresa Municipal de Gestão de Habitação da Figueira da Foz, EM, tem por objeto essencial o desenvolvimento da gestão social, patrimonial e financeira dos bairros e fogos de habitação social e à promoção de habitação a custos controlados.

O Município detém a totalidade do respetivo capital social.

ACTIVIDADE

Por delegação do Município da Figueira da Foz, nos termos das deliberações da Assembleia Municipal de 30 de setembro de 2008 e de 28 de dezembro de 2012, e em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 20.º, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, a Figueira Domus, E.M tem por objeto a promoção do desenvolvimento da gestão social, patrimonial e financeira dos bairros e fogos de habitação social do Município e da Empresa, a promoção de habitação a custos controlados, em execução da política de habitação da Câmara Municipal, promovendo permutas ou vendas que forem determinadas e executar as obras que a gestão dos bairros exija, tendo como objetivo primordial a promoção da melhoria do bem-estar da população residente.

Em resultado da entrada em vigor, em **22 janeiro de 2016**, do novo Regulamento de Atribuição e Gestão de Habitação Social, alterado na sequência da entrada em vigor das Leis n.º 80/2014 e n.º 81/2014, ambas de 19 de dezembro, os Serviços da empresa prosseguiram com a implementação das novas normas, tendo em vista assegurar maior justiça, equidade e probidade no desempenho das competências e atribuições da empresa em matéria de gestão social.



No âmbito da **Gestão e Intervenção Social**, as atividades desenvolvidas no ano de 2021, e à semelhança dos anos anteriores, incidiram em três vertentes fundamentais:

- Receção e apreciação de pedidos de candidatura a habitação em regime de arrendamento apoiado;
- Atribuição de habitação em regime de arrendamento apoiado;
- Gestão social dos fogos e respetivos beneficiários que constituem o parque habitacional, atualmente composto por 564 fogos, 15 garagens e 5 lojas, totalizando **584 frações**.

Em 2021 procedeu-se à abertura de **53 Processos de Pedido de Alojamento (PPA)**, verificando-se um **aumento de abertura de processos** de pedido de habitação, em cerca de 47,22% relativamente ao ano de 2020. Num modelo de gestão integrada e descentralizada, e para fazer face às restrições ainda impostas pela pandemia por Covid-19, efetuaram-se atendimentos a arrendatários e requerentes de habitação em regime de arrendamento apoiado, contabilizando-se **723 atendimentos**, constatando-se um aumento de 66,97% relativamente ao ano anterior, cujos atendimentos foram via telefone, a arrendatários e munícipes do concelho.

A intervenção social efetuada tem por base o princípio de proximidade, privilegiando o contacto direto com as populações residentes nos diversos bairros, razão pela qual foram efetuadas regularmente visitas domiciliárias. O principal objetivo das visitas domiciliárias é desenvolver mecanismos de proximidade entre os beneficiários e a empresa, criando elos de ligação e de confiança entre ambos, para além de contribuir para a harmonização das relações com a vizinhança, integração dos indivíduos nos bairros e sensibilização dos beneficiários para o cumprimento do pagamento das rendas, bem como, dos acordos de regularização de dívidas.

No ano de 2021 foram realizadas **494 visitas domiciliárias**, tendo-se verificado um aumento de 41,55% comparativamente ao ano de 2020.

Dada a existência de beneficiários de habitação social devedores e, considerando como uma das prioridades da empresa a redução dos valores em dívida, bem como, a diminuição do número de devedores, no estrito cumprimento do plano de recuperação de dívidas e em plena coordenação com o SAF, as técnicas do Serviço de Ação Social e Intervenção Local efetuaram contactos permanentes aos beneficiários com rendas em atraso, no sentido de os sensibilizar para o cumprimento do seu pagamento nos prazos legais e para as consequências inerentes ao incumprimento. Neste âmbito, foram efetuados **8 acordos de pagamento de dívida**. Comparativamente ao ano de 2020, constatou-se um aumento de 60,00% no número de acordos efetuados.



Durante o ano de 2021 foi **atribuído 1 fogo municipal** tipologia T3 a um agregado familiar na freguesia de S. Pedro. Em termos comparativos, face ao ano transato, registou-se uma diminuição de 75,00% relativamente ao número de atribuições.

Foi ainda, realizada uma atribuição de carácter excecional de um fogo de tipologia T2 no Bairro da Gala Sidney, freguesia de S. Pedro, relativa à situação de emergência habitacional de um agregado familiar constituído por casal e um filho maior.

No decorrer do ano 2021, foi realizada **uma permuta** de fogo entre dois agregados familiares residentes nos Bairros da Fonte Nova e da Gala Sidney que demonstraram interesse na referida permuta, por motivos distintos. Assim, um dos agregados familiares pretendia ir residir para a freguesia de S. Pedro por aí ter forte suporte familiar, o outro agregado familiar encontrava-se com graves conflitos com outro agregado ali residente, pelo que era urgente permutar do Bairro da Gala Sidney para outro bairro. Ambos os agregados residiam em fogos tipologia T2.

Foram efetuadas **64 verificações habitacionais** de processos de pedido de alojamento, verificando-se uma diminuição de 77,77%, comparativamente ao ano de 2020.

Durante o ano de 2021, a Figueira Domus, E.M deu continuidade ao seu Plano de Contingência, tendo igualmente trilhado um caminho de modernização administrativa, na forma de comunicar e interagir com os arrendatários, mantendo os níveis de acompanhamento e proximidade que se pretendem com o público alvo e no âmbito da missão social desta empresa municipal, reforçando assim, o contacto junto dos agregados familiares com recurso a meios de teleconferência, informando e sensibilizando os agregados para as normas do confinamento para bem da saúde pública. Deu-se ainda, continuidade ao acompanhamento social dos agregados familiares.

Fruto deste trabalho de modernização, foi possível consolidar a implementação de utilização de novas plataformas de partilha de informação e *e.commerce*, tais como o serviço *SMS* e o *Altice Pay*, cujos resultados se tornavam visíveis, pela promoção de maior acessibilidade aos pagamentos não presenciais.

Ainda assim, no âmbito da candidatura realizada pelo Município da Figueira da Foz ao POSEUR 2020 – Reabilitação e Eficiência Energética, foi possível iniciar os trabalhos de beneficiação energética no Bairro da Leirosa e Bairro de Vila Verde e realizar preparação de obra para os restantes bairros. Esta intervenção visa realizar intervenção ao nível exterior dos edifícios existentes no Bairro da Leirosa, Bairro de Vila Verde e Vila Robim.



A Figueira Domus, E.M tendo integrado a equipa técnica que realizou a Estratégia Local de Habitação da Figueira da Foz, deu continuidade na realização da candidatura ao programa “1º Direito” no sentido de promover a assinatura do acordo de financiamento com o IHRU de forma a possibilitar a reabilitação de 106 fogos.

No período final de 2021, a Figueira Domus apresentou ainda junto da CIM da Região de Coimbra, manifesto de interesse para apresentação de candidatura ao programa BNAUT – Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário para proceder a reabilitação de 8 fogos e afetar 9 fogos a este programa.

Foram ainda realizadas parcerias de vária índole, com diversas organizações e instituições, que cooperam no cumprimento vital dos objetivos de gestão material e social dos bairros, que são peças fulcrais no desiderato da valorização humana e da inclusão social, promovendo uma participação ativa biunívoca entre os beneficiários e a empresa, de uma forma meritória e de reconhecidos louvores. Foram implementadas várias ações de incentivo à capacitação individual e coletiva, para o combate à pobreza dos cidadãos mais desfavorecidos, com claros incentivos para assunção da autossuficiência e para uma diminuição da dependência dos apoios sociais.

Na **perspetiva económica e financeira**, em 2021, o Passivo totalizou o valor de 6.825.543, verificando-se uma diminuição do Passivo no montante de € 1.181.442,08 relativamente ao período anterior. Esta variação face a 2020 de -14,76%, ocorre principalmente devido à diminuição dos Financiamentos Obtidos.

Em relação ao Ativo no montante de € 14.082.916 registou-se uma diminuição de € 571.814 (-3,90%), face ao ano anterior, causada principalmente, pela depreciação do imobilizado, pela venda de uma habitação, pela realização da escritura de permuta de terrenos sitos no Bairro do Hospital, terreno registado em *Ativos Não Correntes Detidos Para Venda*, e pela diminuição dos Meios Financeiros Líquidos (Caixa e Depósitos à Ordem).

Os Gastos da empresa totalizaram o valor de € 1.126.199, registando um aumento de 15,64%, em comparação ao período homólogo de 2020. Quanto aos Rendimentos, registaram o montante de € 1.874.002, mais € 4.188 (0,22%), relativamente a 2020.

Verificou-se uma diminuição de 1,23% no volume de negócios, em relação ao ano de 2020 e obteve-se um índice de Rendimentos/ Gastos de 1,66.



RESULTADOS

A Empresa apresentou um 2021 um resultado líquido do exercício positivo de € 609.628,57, o que representou um decréscimo de € 102.573,40 relativamente ao exercício de 2020, que registou um resultado líquido do exercício de € 712.201.97, correspondente a uma variação de -14,4%.

- MUNICÍPIA, E.M., S.A.



A Município – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M, S.A é uma empresa municipal, sociedade anónima, enquadrada no setor empresarial local, com sede no Taguspark, em Oeiras.

A Sociedade tem por objeto principal a produção de cartografia, topografia e ortofotomapas, assim como a conceção e gestão de sistemas de informação geográfica.

O Município da Figueira da Foz, detém uma participação de 2,31%, sendo o restante capital distribuído por um vasto conjunto de municípios (54), comunidades intermunicipais (2) e associações de Municípios (5), sendo o maior acionista o Município de Oeiras, com 59,22 % do capital social.

Em 26 de junho de 2009, a Assembleia Municipal da Figueira da Foz deliberou alienar as ações desta empresa, mediante proposta da Câmara Municipal, de 1 de Junho de 2009, que ainda não se concretizou por falta de interesse dos restantes acionistas em adquiri-las, em particular por parte do acionista maioritário.

ACTIVIDADE

O ano de 2021 revelou-se bastante positivo com as adjudicações a nível nacional a subirem, materializando-se em projetos interessantes, quer a nível técnico, quer a nível financeiro.

O principal destaque está relacionado com o projeto de cadastro simplificado, com origem em concurso público internacional, a realizar para o Município de Coimbra, no início de 2021, com o maior número de processos de Representação Gráfica de Georreferência (RGG) na plataforma BUPI- Balcão Único do Prédio.



A este, juntaram-se outras adjudicações de projetos a nível nacional, na área da Proteção Civil, Lidar, Publicação de Atlas, Harmonização de Bases de Dados, entre outras adjudicações nas áreas mais tradicionais da empresa, como a cartografia, a gestão de frotas e os sistemas de informação geográfica.

Foram ainda lançados produtos diferenciadores no mercado como a *UniquePaths*, alvo de uma candidatura de financiamento ao Turismo de Portugal.

Este projeto tem um carácter nacional, com particular relevância para as zonas do interior, capaz mesmo de minimizar as assimetrias do território contribuindo para: Sustentabilidade Ambiental, Sustentabilidade do Território e Inclusão social “de Todos” e “para Todos”.

Em 2021, foi reconhecido o projeto CONNECT[®], que ao fim de 4 anos de existência, é reconhecida como a maior Central de Compras dos municípios e onde estes podem adquirir de forma célere, mais económica e mais simples serviços e produtos, para o seu dia a dia, ao abrigo de Acordos Quadro.

RESULTADOS

A empresa registou em 2021 um resultado líquido positivo de € 35.882, registando um aumento em relação a 2020, que registou um resultado negativo de € 1.596.118,35.

3. ANÁLISE ECONÓMICO FINANCEIRA DA ACTIVIDADE CONSOLIDADA

O processo de consolidação decorre da preparação, por parte do Município, de todas as demonstrações financeiras das entidades, numa mesma base contabilística, de acordo com as regras definidas pelo Decreto- Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro que aprovou o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).



O presente relatório tem como documento orientador e de apoio à Consolidação de Contas, o Manual de Consolidação de Contas aprovado em reunião de Câmara de 11/05/2022.

3.1. ANÁLISE DO BALANÇO CONSOLIDADO

O Balanço Consolidado destina-se a evidenciar, quantitativa e qualitativamente, a situação patrimonial do Grupo no final do ano de 2021, de acordo com o seu Perímetro de Consolidação Financeiro.

Em 2021, o Ativo das contas consolidadas do Grupo Municipal da Figueira da Foz atingiu o valor de € 247.382.381, representando um aumento de € 1.423.599 (0,58%) face ao ano anterior, refletindo a variação ocorrida nas contas individuais do Município que registou um acréscimo de € 2.722.541 (1,14%). Por outro lado, o Balanço da Figueira Domus, E.M, registou uma diminuição de € 571.814 (-3,90%), causada pela depreciação do imobilizado, pela venda de uma habitação, pela realização da escritura de permuta de terrenos sitos no Bairro do Hospital, terreno registado em Ativos Não Correntes Detidos para Venda, e pela diminuição dos Meios Financeiros Líquidos (Caixa e Depósitos à Ordem). Verifica-se que as contas individuais do Município representam 94,47% do Ativo do Grupo (antes das eliminações) e as contas individuais da empresa Figueira Domus, E.M representam 5,53%.

Do total do Ativo, 85,24% constitui o Ativo Não Corrente e 14,76% o Ativo Corrente.

**Quadro n.º 2**

EVOLUÇÃO DO ATIVO							em euros €	
RUBRICAS	ANO 2021		ANO 2020		VARIACÃO 2020/ 2021			
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%		
Ativo não corrente								
Ativos fixos tangíveis	205 454 096	83,05%	200 754 684	81,62%	4 699 412	2,34%		
Propriedades de investimento	3 018 514	1,22%	3 386 810	1,38%	-368 296	-10,87%		
Ativos intangíveis	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%		
Ativos biológicos	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%		
Participações financeiras	1 944 134	0,79%	1 959 162	0,80%	-15 028	-0,77%		
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%		
Acionistas/ sócios/ associados	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%		
Diferimentos	0	0,00%	0	0,00%	0	-		
Outros ativos financeiros	1 853	0,00%	1 512	0,00%	341	22,56%		
Ativos por impostos diferidos	7 897	0,00%	4 749	0,00%	3 148	66,30%		
Clientes, contribuintes e utentes	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%		
Outras contas a receber	565 637	0,23%	0	0,00%	565 637	-		
	210 992 131	85,29%	206 106 917	83,80%	4 885 214	2,37%		
Ativo corrente								
Inventários	438 414	0,18%	465 972	0,19%	-27 557	-5,91%		
Ativos biológicos	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%		
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	1 276 476	0,52%	548 054	0,22%	728 421	132,91%		
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%		
Clientes, contribuintes e utentes	333 688	0,13%	318 630	0,13%	15 059	4,73%		
Estado e outros entes públicos	57 971	0,02%	44 303	0,02%	13 668	30,85%		
Acionistas/ sócios/ associados	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%		
Outras contas a receber	20 072 728	8,11%	22 272 929	9,06%	-2 200 201	-9,88%		
Diferimentos	50 075	0,02%	72 717	0,03%	-22 642	-31,14%		
Ativos detidos para negociação	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%		
Outros ativos financeiros	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%		
Ativos não correntes detidos para venda	262 240	0,11%	1 855 140	0,75%	-1 592 899	-85,86%		
Caixa e depósitos	13 898 658	5,62%	14 274 121	5,80%	-375 463	-2,63%		
	36 390 251	14,71%	39 851 865	16,20%	-3 461 615	-8,69%		
Total do ativo	247 382 381	100,00%	245 958 782	100,00%	1 423 599	0,58%		

Os **Ativos Fixos Tangíveis** representam 83,05% do total do Ativo e registaram uma subida de € 4.699.412. A variação registada deve-se à situação ocorrida nas contas individuais do Município e justifica-se, sobretudo, pelo reconhecimento de Bens de Domínio Público em Curso, nomeadamente, os respeitantes às intervenções de beneficiação de pavimentos realizadas em ruas das diversas Freguesias e os correspondentes aos Investimentos “Requalificação do Núcleo Antigo da Figueira da Foz”, “Requalificação Urbana do Cabedelo”, “Área de Requalificação Urbana (ARU) do Cabedelo – 2.ª Fase – Proteção e Reabilitação Costeira e Dunar”, “Requalificação do Jardim Municipal e Zonas Envolventes – Beneficiação”, “Reformulação do Cruzamento da EN109 e Av. Dr.º Francisco Sá Carneiro, Tavarede”, “Requalificação/Tratamento da Rotunda do Pescador - Buarcos/S. Julião” e “Smart IP – Vila Verde (Projeto Piloto)”. De referir que estes ativos fixos tangíveis abrangiam um conjunto de obras registadas em curso, cuja



conclusão física já tinha ocorrido. Assim, procedeu-se à transferência dos respetivos montantes para as correspondentes rubricas.

Ainda, o reconhecimento de ativos de concessão de serviços, em cumprimento do Ponto 4. da **Norma de Contabilidade Pública 4 (NCP 4) – Acordos de Concessão de Serviços: Concedente**. Os ativos de concessão de serviços reconhecidos em 2021 respeitam às seguintes Concessões:

- a) À Concessão da Exploração do Sistema de Captação, Tratamento e Distribuição de Água e do Sistema de Recolha, Tratamento e Rejeição de Efluentes, em que a concessionária é a Águas da Figueira, S.A..
- b) À Concessão do Fornecimento, Instalação e Exploração de Parquímetros Coletivos nas Zonas de Estacionamento de Duração Limitada na Cidade da Figueira da Foz, em que a concessionária é a empresa Dornier S.A..
- c) À Concessão de Exploração do Complexo Funerário, Crematório e Forno Pirolítico do Cemitério Oriental da Figueira da Foz, em que a concessionária é a empresa Funfoz Lda.

Na rubrica **Outras Contas a Receber** do Ativo não Corrente encontra-se contabilizada a importância de € 565.637, valor respeitante na totalidade às contas do Município, relacionado com o valor a receber da Lagoa da Vela – Empreendimentos Imobiliários e Turístico Desportivos, S.A., pela alienação de uma parcela de terreno da Mata Nacional de Quiaios, destinada à instalação de estabelecimentos hoteleiros e conjuntos de aldeamentos turísticos, bem como a equipamentos de lazer de natureza desportiva e cultural.

Quanto à rubrica **Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis** registou um acréscimo de € 728.421 (132,91%) face ao ano anterior, influenciado pelas contas do Município, respeitante fundamentalmente, ao apoio financeiro concedido pelo Turismo de Portugal, IP ao abrigo da Portaria n.º 384/2002, de 10 de abril, para financiamento do Investimento “Requalificação do Jardim Municipal e Zonas Envolventes - Beneficiação”, no valor de € 352.160, a comparticipação do Município de Soure no custo da empreitada “Construção de Ponte sobre o Rio Pranto”, no valor de € 290.215 e relacionado com a comparticipação comunitária, no valor de € 340.084, correspondente ao Investimento “Área de Reabilitação Urbana (ARU) do Cabedelo - 2.ª Fase - Proteção e Reabilitação Costeira e Dunar”.

Por outro lado, as rubricas de **Outras Contas a Receber** e **Ativos não Correntes detidos para venda** do Ativo Corrente apresentaram decréscimos de € 2.200.201 (-9,88%) e € 1.592.899 (-85,86%), respetivamente. Estas diminuições devem-se maioritariamente à situação ocorrida nas contas individuais do Município.

A rubrica **Outras Contas a Receber** do Ativo corrente consolidado, foi fortemente influenciada pelas contas do Município que com a aplicação do Princípio do Acréscimo, os rendimentos e os gastos são reconhecidos



quando obtidos ou suportados, independentemente do seu recebimento ou pagamento, devendo incluir-se nas demonstrações financeiras dos períodos a que respeitem. Conforme preconiza o referido Princípio, foram reconhecidos os rendimentos de 2021 respeitantes aos Impostos Diretos e à Participação no IRS, cuja cobrança irá ocorrer em 2022. Refira-se que o Imposto Municipal sobre Imóveis é um imposto que incide sobre o valor patrimonial tributário dos prédios rústicos e urbanos, sendo devido pelo proprietário a 31 de dezembro do ano a que respeitam. Assim, o Imposto Municipal sobre Imóveis que se prevê cobrar em 2022 constitui um rendimento do exercício de 2021. Da mesma forma, a Derrama e a Participação do Município no IRS a cobrar em 2022 incidem sobre rendimentos de 2021. Em 2021, foram também reconhecidos, nas contas do Município, como rendimentos, entre outros, a Renda da Concessão do património da rede de distribuição de energia elétrica em baixa tensão referente ao quarto trimestre de 2021, e a tarifa de remoção de resíduos sólidos urbanos do mês de dezembro de 2021 a transferir pela Águas da Figueira. S.A.. Encontrase também contabilizado o adiantamento efetuado à empresa Wacouche – Gestão e Participação em Investimentos, Lda, no âmbito da realização da empreitada “Requalificação do Núcleo Antigo da Figueira da Foz – Requalificação das Ruas”. Refira-se que, na sequência da Revogação por Mútuo Acordo do Contrato da referida Empreitada, ficou estabelecido que a empresa efetuará a restituição ao Município do valor do adiantamento em sessenta prestações mensais, iguais e sucessivas.

Quanto ao agregado **Ativos não Correntes detidos para venda**, deve-se na totalidade à situação ocorrida nas contas individuais do Município, por aplicação da norma relativa aos Ativos tangíveis, foram registados vários lotes de terreno do Parque Industrial e Empresarial da Figueira da Foz e vários lotes de terreno destinados a construção urbana.

O Resultado Líquido Consolidado apresenta um valor negativo de € 4.117.319, aproximando-se do valor do Resultado Líquido negativo do Município de € 4.137.907.

**Quadro n.º 3**

EVOLUÇÃO DO PASSIVO							em euros €	
RUBRICAS	ANO 2021		ANO 2020		VARIÇÃO 2020/2021			
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%		
Passivo não corrente								
Provisões	93 500	0,25%	93 500	0,24%	0	0,00%		
Financiamentos obtidos	20 731 396	55,30%	18 584 205	46,84%	2 147 191	11,55%		
Fornecedores de investimento	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%		
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%		
Diferimento	4 824 792	12,87%	4 531 250	11,42%	293 542	6,48%		
Passivos por impostos diferidos	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%		
Fornecedores	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%		
Outras contas a pagar	3 093 653	8,25%	2 143 294	5,40%	950 358	44,34%		
	28 743 341	76,67%	25 352 250	63,90%	3 391 091	13,38%		
Passivo corrente								
Credores por transf. e subsídios não reembolsáveis concedidos	32 653	0,09%	41 134	0,10%	-8 481	-20,62%		
Fornecedores	2 002 187	5,34%	1 904 646	4,80%	97 540	5,12%		
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	6 950	0,02%	6 950	0,02%	0	0,00%		
Estado e outros entes públicos	126 267	0,34%	137 664	0,35%	-11 398	-8,28%		
Acionistas/ sócios/ associados	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%		
Financiamentos obtidos	2 755 117	7,35%	3 083 915	7,77%	-328 798	-10,66%		
Fornecedores de investimento	759 691	2,03%	398 354	1,00%	361 337	90,71%		
Outras contas a pagar	2 981 568	7,95%	8 665 276	21,84%	-5 683 708	-65,59%		
Diferimentos	80 730	0,22%	84 621	0,21%	-3 891	-4,60%		
Passivos detidos para negociação	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%		
Outros passivos financeiros	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%		
	8 745 162	23,33%	14 322 559	36,10%	-5 577 398	-38,94%		
Total do passivo	37 488 502	100,00%	39 674 809	100,00%	-2 186 307	-5,51%		

O Passivo Consolidado totalizou o valor de € 37.488.502, constituído por 76,67% de Passivo Não Corrente e 23,33% de Passivo Corrente. Face ao mesmo período de 2020, registou-se uma diminuição de € 2.186.307 (-5,51%), acompanhando a situação evolutiva do Passivo do Município, que registou um decréscimo de 887 365 (-2,80%). A empresa Figueira Domus, E.M também registou um decréscimo no Passivo de € 1.181.442 (-14,76%).

As contas individuais do Município representam 81,85% do passivo do Grupo (antes das eliminações) e totalizaram o valor de € 30.780.459. As contas individuais da empresa Figueira Domus, E.M representam 18,15% do passivo do Grupo (antes das eliminações) e totalizaram o valor de € 6.825.543.

A variação negativa de € 2.186.307 (-5,51%) resulta essencialmente da descida do Passivo Corrente mais concretamente da rubrica **Outras contas a pagar**. Este agregado obteve um decréscimo no valor de € 5.683.708 (-65,59%) face ao ano anterior, justifica-se substancialmente, pelo decréscimo registado nas contas individuais do Município, da contabilização da dívida, referente ao Acordo de



Pagamento celebrado com o Banco Comercial Português, S.A., que no âmbito do processo de encerramento das contas do exercício passou a registar-se na rubrica **Financiamentos Obtidos**.

Refira-se que, no quadro do processo de insolvência da Sociedade Paço de Maiorca – Promoção e Gestão de Equipamentos Hoteleiros, S.A., na qual o Município da Figueira da Foz detinha uma participação indireta de 49,97%, a Massa Insolvente intentou uma ação de condenação contra o Município por incumprimento do Contrato de Reabilitação e Exploração Turística do Paço de Maiorca (CRET). No âmbito da referida ação, o Município foi condenado, por sentença do Tribunal Judicial da Comarca de Coimbra - Juízo do Comércio de Coimbra - Juízo 1, ao pagamento do montante de € 5.115.445 à Massa Insolvente. Para interpor recurso, o Município teve que apresentar uma garantia bancária no montante correspondente ao valor da condenação. A sentença do Tribunal acabou por ser confirmada, mantendo-se a condenação do Município, e a garantia bancária foi, entretanto, executada. Para efeitos de regularização do valor pago pelo Banco Comercial Português, S.A., correspondente a esta responsabilidade do Município reconhecida em decisão judicial transitada em julgado, foi celebrado um Acordo de Pagamento que prevê que o montante em dívida seja liquidado num prazo de doze anos.

Quanto ao Passivo Não Corrente Consolidado, as rubricas **Financiamentos obtidos** e **Outras Contas a Pagar** foram as que apresentaram aumentos significativos de € 2.147.191 (11,55%) e € 950.358 (44,34%), respetivamente.

Relativamente ao aumento da rubrica **Financiamentos obtidos**, no valor de € 2.147.191 (11,55%), este facto justificado anteriormente.

O aumento do agregado **Outras Contas a Pagar**, decorrente na sua totalidade da situação do Município da Figueira da Foz, relacionado com as cauções prestadas para garantia da execução dos contratos de empreitada e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que deles decorrem para o empreiteiro (€ 2.114.140), a outras cauções prestadas por terceiros (€ 351.028) e ao valor a pagar ao Estado (€ 628.485), resultante da venda, em regime de propriedade plena, de parcela de terreno à sociedade Lagoa da Vela, Empreendimentos Imobiliários e Turísticos, S.A. Esta parcela de terreno foi cedida pelo Estado ao Município, conforme Auto de Cessão celebrado em 29/11/1988, e destinava-se à implantação de um *country club*, integrando um campo de golf, centro hípico e anexos.

O decréscimo do passivo registado na empresa Figueira Domus, E.M, ocorreu devido à diminuição dos **Financiamentos Obtidos**.

O quadro a seguir indicado, apresenta a influência das contas individuais do Município e das entidades nas contas consolidadas:



Entidades	Balanços Individuais			Peso das contas individuais em relação às contas consolidadas (antes das eliminações)		
	Total do Ativo	Total do Passivo	Total do Património Líquido	Ativo	Passivo	Património Líquido
	1)	2)	3)	5=1/4	6=2/4	7=3/4
Município da Figueira da Foz	240 749 158	30 780 459	209 968 699	94,47%	81,85%	96,66%
Figueira Domus, E.M.	14 082 916	6 825 543	7 257 373	5,53%	18,15%	3,34%
Totais dos Balanços Individuais 4)	254 832 074	37 606 002	217 226 072			

Quadro n.º 4:**Indicadores do Balanço Consolidado**

INDICADORES	2020	2021	Variação 20/21
1. Liquidez			
1.1 Liquidez Geral: Ativo Corrente / Passivo Corrente	278,25%	416,12%	137,87%
1.2 Liquidez Imediata: Disponibilidades/Passivo Corrente	99,66%	158,93%	59,27%
1.3 Liquidez Reduzida: Ativo Corrente - Inventários / Passivo Corrente	274,99%	411,11%	136,11%
2. Estrutura Financeira			
2.1 Endividamento: Passivo/ Ativo	16,13%	15,15%	-0,98%
2.2 Autonomia Financeira: Património Líquido/ Ativo	83,87%	84,85%	0,98%
2.3 Solvabilidade: Património Líquido/ Passivo	519,94%	559,89%	39,95%

O Indicador da Liquidez Geral mede a capacidade de uma Entidade para fazer face aos débitos ou compromissos a curto prazo. Este Indicador deve ser superior a 100%, sendo que, quanto maior for o seu resultado, maior a certeza de que os débitos a curto prazo podem ser pagos nos prazos adequados. Em 2021 este indicador aumentou cerca de 138%, demonstrando que conseguirá cumprir as suas obrigações no curto prazo.

O indicador de Liquidez Imediata totalizou 158,93%, registando um acréscimo de 59,27% relativamente ao ano de 2020. Este indicador mede a capacidade da entidade para fazer face aos débitos ou responsabilidades a curto prazo, utilizando os montantes de Disponibilidades. Quanto maior for o resultado deste indicador, maior será a certeza que os débitos de curto prazo podem ser pagos nos prazos adequados.

O Indicador da Liquidez Reduzida mede a capacidade das Disponibilidades e dos créditos de curto prazo cobrirem as dívidas de curto prazo.



Quanto ao indicador do Endividamento com 15,15%, mede o peso dos capitais alheios no financiamento das atividades da autarquia. Em 2021 este indicador diminui 0,98%.

O indicador de Autonomia Financeira com 84,85%, traduz o grau de dependência de uma entidade face a financiamentos externos, quanto maior o resultado maior a autonomia.

O indicador de Solvabilidade com 559,89%, mede a capacidade financeira global de uma entidade poder solver melhor ou pior a totalidade dos seus compromissos, colocando em destaque o grau de independência da entidade em relação aos seus credores.

3.2. Análise da Demonstração de Resultados Consolidada

Os Rendimentos Consolidados totalizaram o valor de € 46.317.770 e os Gastos Consolidados registaram o valor de € 50.296.916, resultando um Resultado Líquido do Exercício negativo de € 4.117.319. Salieta-se mais uma vez, a influência dominante das contas individuais da Autarquia, determinando a tendência das contas consolidadas, como se apresenta no mapa que se segue.

As contas individuais do Município representam 96,12% dos rendimentos das contas consolidadas (antes das eliminações) e 97,82% nos Gastos nas contas consolidadas (antes das eliminações).

Entidades	Dem. Resultados Individuais			Peso das contas individuais em relação às contas consolidadas (antes das eliminações)	
	Total dos Rendimento 1)	Total dos Gastos 2)	Resultado Líquido 3)	Rendimentos 5=1/4	Gastos 6=2/4
Município da Figueira da Foz	46 497 261	50 635 168	-4 137 907	96,13%	97,82%
Figueira Domus, E.M.	1 874 002	1 126 199	609 629	3,87%	2,18%
Totais das Dem. Res. Individuais 4)	48 371 263	51 761 367	-3 528 279		

Destaca-se, ainda, que a empresa Figueira Domus, E.M. apresenta na sua demonstração de resultados um acréscimo de Rendimentos de € 4.188 (0,22%) e um acréscimo de Gastos de € 152.304 (15,64%), face ao ano de 2020.

**Quadro n.º 5:**

EVOLUÇÃO DE GASTOS em euros €						
RUBRICAS	ANO 2021		ANO 2020		VARIÇÃO 2020/2021	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
Custo das mercadorias vendidas matérias consumidas	616 049	1,22%	639 201	1,38%	-23 152	-3,62%
Fornecimento e serviços externos	14 217 632	28,27%	12 047 372	26,04%	2 170 260	18,01%
Gastos com o pessoal	16 491 208	32,79%	15 911 325	34,40%	579 883	3,64%
Prestações sociais	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Transferências e subsídios concedidos	3 525 506	7,01%	2 569 525	5,55%	955 981	37,20%
Perdas por imparidade	317 544	0,63%	309 855	0,67%	7 689	2,48%
Gastos imputados de entidades	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Provisões (reduções)	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Gastos de depreciação e amortização	12 699 109	25,25%	12 115 396	26,19%	583 713	4,82%
Juros e gastos similares suportados	314 357	0,63%	340 980	0,74%	-26 623	-7,81%
Outros gastos	2 115 511	4,21%	2 326 740	5,03%	-211 228	-9,08%
TOTAL DE GASTOS	50 296 916	100,00%	46 260 394	100,00%	4 036 522	8,73%

O total de Gastos aumentaram € 4.036.522 (8,73%) em comparação com o mesmo período de 2020.

As rubricas de **Fornecimentos de Serviços Externos** e **Transferências e Subsídios concedidos** foram as que mais contribuíram para este aumento, correspondendo-lhe um acréscimo de € 2.170.260 (18,01%) e € 955.981 (37,20%), respetivamente, face ao ano anterior, proveniente da diminuição das contas do Município. O aumento do agregado **Fornecimentos de Serviços Externos** justifica-se pelo facto de, em 2020, ter havido a suspensão de algumas atividades face ao agravamento da situação da Pandemia por Covid-19, originando menos gastos com FSE.

Quanto à empresa Figueira Domus, E.M o agregado que registou o maior aumento foi também o agregado, **Fornecimentos de Serviços Externos**, mais especificamente em **Conservação e Reparação**, no valor de € 95.323 (170,38%), face ao ano anterior. Esta variação resulta, do facto de em 2021 terem sido retomadas as obras de elevado montante para reparação de fogos danificados pela tempestade Leslie.

Por outro lado, a redução da rubrica **Outros gastos** no valor de € 211.228, resulta da diminuição verificada nas contas do Município em € 198.386. Este agregado diz respeito, a Gastos em Investimentos não Financeiros, destacando-se os decorrentes da alienação de vários lotes do Parque Industrial e Empresarial da Figueira da Foz e da venda das antigas Oficinas Municipais e a correções de estimativas efetuadas em anos anteriores de impostos e taxas e outras receitas e os gastos com indemnizações.

**Quadro n.º 6**

EVOLUÇÃO DE RENDIMENTOS							em euros €
RUBRICAS	ANO 2021		ANO 2020		VARIÇÃO 2020/2021		
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	
Impostos, contribuições e taxas	23 306 848	50,32%	23 038 381	50,42%	268 467	1,17%	
Vendas	20 543	0,04%	1 193	0,00%	19 350	1621,67%	
Prestação de serviços e concessões	4 758 457	10,27%	4 631 320	10,14%	127 136	2,75%	
Rendimentos imputados de entidades	7 820	0,02%	20 613	0,05%	-12 793	-62,06%	
Transferências e subsídios correntes obtidos	15 337 810	33,11%	14 983 622	32,79%	354 188	2,36%	
Trabalhos para a própria entidade	0	0,00%	220 615	0,48%	-220 615	-100,00%	
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	1 743	0,00%	36 346	0,08%	-34 603	-95,20%	
Provisões (aumentos/ reduções)	0	0,00%	31 649	0,07%	-31 649	-100,00%	
Outros rendimentos	2 883 977	6,23%	2 693 098	5,89%	190 879	7,09%	
Juros e rendimentos similares obtidos	573	0,00%	35 658	0,08%	-35 085	-98,39%	
TOTAL DE RENDIMENTOS	46 317 770	100,00%	45 692 495	100,00%	625 275	1,37%	

Os **Rendimentos Consolidados** aumentaram € 625.275 (1,37%), tendo contribuído para este efeito as rubricas de **Transferências e subsídios correntes obtidos, Impostos, contribuições e taxas e Outros Rendimentos**, cujos aumentos foram de € 354.188, € 268.467 e € 190.879, respetivamente, seguindo a tendência das contas individuais do Município.

A rubrica Transferências e Subsídios Correntes Obtidos do Município contabilizou, entre outros, os montantes respeitantes à Participação do Município nos Impostos do Estado e as transferências no âmbito do Processo de Descentralização de Competências na Área da Educação.

No agregado **Outros Rendimentos** do Município encontram-se registados, entre outros, as correções de estimativas efetuadas em anos anteriores respeitantes a impostos e taxas. Quanto às contas individuais da empresa Figueira Domus, E.M. este agregado registou um acréscimo de 24.023,01 (16,54%) face ao ano transato. Estão incluídos os montantes de indemnizações recebidas de uma seguradora referente a sinistros provocados pela tempestade Leslie e por outros três sinistros pontuais, o ganho contabilístico da realização da escritura de permuta de terrenos no Bairro do Hospital e o valor referente a penalizações por atraso de pagamento de rendas.

Por outro lado, o decréscimo mais acentuado verificou-se no agregado **Trabalhos para a própria entidade** no valor de € 220.615, refletindo na totalidade as contas do Município. Esta diminuição deve-se apenas, à alteração do critério de contabilização da atividade do Município.



O Resultado Líquido Consolidado apresenta um valor negativo de € 4.117.319 , aproximando-se do valor do Resultado Líquido negativo do Município de € 4.137.907.

3.3. Impacto da pandemia Covid-19 no Grupo Municipal

Por recomendação do Tribunal de Contas, apresenta-se informação sobre a execução física e financeira das medidas implementadas para combate aos efeitos da pandemia por Covid-19, conforme se observa no seguinte mapa n.º 7, nomeadamente:

- a) Indicar o valor da receita não arrecadada em resultado das medidas.
- b) Indicar a despesa imputada a essas mesmas medidas.

No que diz respeito ao Município da Figueira da Foz, a perda de receita verificada nos anos 2020 e 2021 decorrente de isenções/reduções de taxas concedidas, conforme deliberações da Câmara Municipal, totalizou a importância de € 152.300. Por outro lado, a despesa realizada nos anos 2020 e 2021, no âmbito das medidas implementadas para combate aos efeitos da Pandemia por Covid-19, conforme informação reportada à Direção-Geral das Autarquias Locais.

Refira-se ainda que o Município não recorreu a nenhum dos mecanismos previstos no conjunto da legislação publicada no âmbito da Pandemia Covid-19, isto é, não recorreu a linhas de crédito e também não aumentou o nível de endividamento. Neste sentido, não se irão verificar, em exercícios seguintes, impactos de natureza financeira resultantes da Pandemia da Covid-19.

Impacto da pandemia Covid-19 – Figueira Domus, E.M

Relativamente à Figueira Domus, a pandemia da Covid-19, teve influência no atendimento de utentes, que passou a ser feito preferencialmente via telefone, na aquisição de material de proteção individual e alteração do local para recebimento de rendas e na isenção da indemnização moratória prevista na cláusula 9ª dos contratos de arrendamento apoiado tripartido para fim habitacional, aplicável no caso de atraso no pagamento de renda.

Foi ainda aplicado o regime de teletrabalho e recurso a desfasamento de horários conforme previsto na legislação.

Relativamente a despesas com proteção, no âmbito da pandemia, os gastos efetuados ascenderam a **235,45 euros**.



MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ

Quadro n.º 7

Entidade	DESPESA			RECEITA		
	Descrição	Valor		Descrição	Valor	
		2021	2020		2021	2020
Município da Figueira da Foz	Aquisição de Bens e Serviços - Saúde	115 472	298 783	Perda de receita decorrente de isenções/ reduções de taxas dos seguintes espaços:		
	. Aquisição de máscaras e luvas	0	83 086	. Concessionário do Merc. Munic. Buarcos e Merc. Municipal Eng. Silva	-25 930	-11 691
	. Aquisição de fatos e calçado de proteção	8 011	9 186	. Titulares dos contratos de utilização do Espaço de Coworking "Mercado de Ideias"	-1 680	-1 796
	. Aquisição de outros equipamentos de proteção	1 668	10 491	. Titulares dos contratos de ocupação de espaço público (esplanadas abertas e fechadas)	-46 412	-20 194
	. Testes e Rastreios	12 546	64 673	. Profissionais de saúde e outras pessoas que se encontravam em isolamento profilático (Ocupação bungalows - Parque Campismo)	-253	-7 624
	. Medicamentos	0	3	. Titulares contratos de cedência de espaços para expl. comercial	-6 912	-6 469
	. Desinfecção, higienização e limpeza	13 458	72 258	. Titulares dos contratos respeitantes aos quiosques (a)	-1 684	-1 337
	. Materiais diversos para apoio a Lares de Idosos	10 196	49 634	. Concessionários dos apoios de praia	-7 555	-2 885
	. Alojamentos hotelheiros ou outros	0	162	. Escolas de Surf	-1 782	-1 484
	. Outras aquisições de bens e serviços	69 594	9 290	. Entidades que realizaram atividades desportivas	0	-5 785
	Aquisição de Bens e Serviços - Apoios Sociais	0	3 649	. Alunos carenciados do 1.º CEB	0	-225
	. Refeições distribuídas (take away) por famílias carenciadas	0	14	. Titular do contrato de ocupação do espaço público designado de Parque Aventura	-603	0
	. Outras aquisições de bens e serviços	0	3 635			
	Aquisição de Bens e Serviços - Educação	21 915	72 915			
	. Computadores e tablets	0	48 854			
	. Criação e utilização de acessos à internet	21 547	18 619			
	. Outras aquisições de bens e serviços	368	5 442			
	Transf. Correntes - Instituições sem fins Lucrativos	199 601	43 179			
	. Para IPSS e afins	0	8 187			
	. Para famílias carenciadas	46 013	14 507			
	. Para outras instituições	133 588	486			
	. Para Freguesias	20 000	20 000			
	Investimentos - Saúde	33 725	640			
	. Tendas ou outras instalações provisórias para serviços de saúde	0	0			
	. Outras despesas	33 725	640			
		370 712	419 165		-92 810	-59 490
	Figueira Domus, E.M	Peças ferramentas e utensílios de desgaste rápido	0	545		
Limpeza higiene e conforto		235	577			
Conservação e reparação – Manutenção da sede		0	836			
		235	1 958		0	0
Municipia, SA	Máscaras faciais anti covid, testes rápidos e alcool gel	231	1 330			
			20 392			
			3 724			
		231	25 446	total	-92 810	-59 490
TOTAL	371 178	446 569	TOTAL	-92 810	-59 490	

Nota: Em 2021 foram efetuados ajustamentos em relação à despesa e à receita do ano de 2020.



4. DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS

Quadro n.º 8

Demonstração consolidada de desempenho orçamental			em euros (€)		Demonstração consolidada de desempenho orçamental			em euros (€)	
Rubrica	RECEBIMENTOS	Consolidado		Rubrica	PAGAMENTOS	Consolidado		2021	2020
		2021	2020			2021	2020		
	Saldo de Gerência Anterior	14 274 121,35	11 219 372,69						
	Operações Orçamentais (1)	12 068 853,55	9 124 520,51						
	Restituições do saldo de Oper. Orçamentais	258 807,35	36 388,56						
	Operações de Tesouraria (A)	2 205 267,80	2 094 852,18						
	Receita Corrente	44 005 815,62	41 869 392,29		Despesa Corrente	34 483 180,65	31 628 623,80		
R1	Receita Fiscal	21 814 459,40	20 337 160,31	D1	Despesa com pessoal	16 694 878,10	16 227 539,54		
R11	Impostos Diretos	21 814 459,40	20 337 160,31	D11	Remunerações certas e permanentes	12 611 797,35	12 377 660,62		
R12	Impostos Indiretos	0,00	0,00	D12	Abonos variáveis e eventuais	588 224,73	517 850,09		
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistema de saúde	0,00	0,00	D13	Segurança Social	3 494 082,25	3 330 805,72		
R3	Taxas, multas e outras penalidades	1 483 451,45	1 512 775,78	D2	Aquisição de bens e serviços	13 899 140,62	11 988 944,30		
R4	Rendimentos de propriedade	48 719,49	894 313,20	D3	Juros e outros encargos	341 962,79	336 894,37		
R5	Transferências Correntes	15 984 861,21	14 518 636,97	D4	Transferências e subsídios Correntes	4 522 708,68	3 640 341,58		
R51	Administrações Públicas	15 523 847,02	14 179 656,69	D41	Transferências Correntes	4 522 708,68	3 640 341,58		
R511	Administração Central -Estado	14 901 637,83	13 736 932,84	D411	Administrações Públicas	1 473 526,18	1 097 080,45		
R512	Administração Central -Outras Entidades	622 209,19	442 723,85	D4111	Administração Central -Estado	334 759,69	230 422,67		
R513	Segurança Social	0,00	0,00	D4112	Administração Central -Outras Entidades	0,00	0,00		
R514	Administração Regional	0,00	0,00	D4113	Segurança Social	0,00	0,00		
R515	Administração Local	0,00	0,00	R4114	Administração Regional	0,00	0,00		
R52	Exterior - UF	0,00	0,00	D4115	Administração Local	1 138 766,49	866 657,78		
R53	Outras	461 014,19	338 980,28	D412	Entidades do setor não lucrativo	1 100 390,94	931 921,80		
R6	Venda de bens e serviços	4 359 729,98	4 364 284,48	D413	Famílias	183 566,65	161 386,21		
R7	Outras receitas correntes	314 594,09	242 221,55	D414	Outras	253 671,45	42 492,99		
	Receita de Capital	5 031 502,21	4 205 797,38	D42	Subsídios Correntes	0,00	0,00		
R8	Venda de bens de investimento	856 891,10	23 187,57	D5	Outras despesas correntes	536 817,69	843 587,25		
R9	Transferências e subsídios de Capital	4 025 548,50	4 178 721,52		Despesas de Capital	12 266 905,52	8 938 225,17		
R91	Transferências de Capital	4 025 548,50	4 178 721,52	D6	Aquisição de bens de capital	11 472 094,04	8 560 956,89		
R911	Administrações Públicas	4 025 548,50	4 178 721,52	D7	Transferências de Capital	513 819,82	375 585,54		
R9111	Administração Central -Estado	3 947 689,41	4 072 685,53	D71	Administrações Públicas	464 381,61	90 877,86		
R9112	Administração Central -Outras Entidades	77 859,09	106 035,99	D711	Administração Central -Estado	226 178,00	0,00		
R9113	Segurança Social	0,00	0,00	D712	Administração Central -Outras Entidades	0,00	0,00		
R9114	Administração Regional	0,00	0,00	D713	Segurança Social	0,00	0,00		
R9115	Administração Local	0,00	0,00	D714	Administração Regional	0,00	0,00		
R912	Exterior - UF	0,00	0,00	D715	Administração Local	238 203,61	90 877,86		
R913	Outras	0,00	0,00	D72	Instituições sem fins lucrativos	49 438,21	284 707,68		
R92	Subsídios de Capital	0,00	0,00	D73	Famílias	0,00	0,00		
R10	Outras receitas de capital	149 062,61	3 888,29	D74	Outras	0,00	0,00		
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	21 939,02	141 169,45	D8	Outras despesas de capital	280 991,66	1 682,74		
	Receita efetiva (2)	49 059 256,85	46 216 359,12		Despesa efetiva (5)	46 750 086,17	40 566 848,97		
	Receita não efetiva (3)	0,00	0,00		Despesa não efetiva (6)	2 959 955,23	2 575 652,77		
R12	Receita com ativos financeiros	0,00	0,00	D9	Despesa com ativos financeiros	0,00	69 023,25		
R13	Receita com passivos financeiros	0,00	0,00	D10	Despesa com passivos financeiros	2 959 955,23	2 506 629,52		
	Soma (4) = (1) + (2) + (3)	61 128 110,40	55 340 879,63		Soma (7) = (5) + (6)	49 710 041,40	43 142 501,74		
	Operações de Tesouraria (B)	873 968,66	564 878,78		Operações de Tesouraria (C)	536 800,86	454 463,16		
					Saldo para a gerência seguinte	13 898 658,16	14 367 257,13		
					Operações orçamentais (8) = (4) - (7)	11 418 069,00	12 198 377,89		
					Operações de tesouraria (D) = (A) + (B) - (C)	2 480 589,16	2 205 267,80		
					Saldo Global (2) - (5)	2 309 170,68	5 649 510,15		
					Despesa Primária	45 658 049,69	40 229 954,60		
					saldo corrente	9 522 634,97	10 240 768,49		
					Saldo de capital	-7 235 403,31	-4 732 427,79		
					Saldo primário	3 401 207,16	5 986 404,52		
					Receita Total (1) + (2) + (3)	61 128 110,40	55 340 879,63		
					Despesa total (5) + (6)	49 710 041,40	43 142 501,74		



Quadro n.º 9

Demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza				em euros (€)		Demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza				em euros (€)	
Rubrica	LIQUIDAÇÕES	Consolidado		Rubrica	OBRIGAÇÕES	Consolidado		Rubrica	OBRIGAÇÕES	Consolidado	
		2021	2020			2021	2020				
	Receita Corrente	44 424 218,73	41 683 397,48		Despesa Corrente	35 234 266,30	32 784 859,02				
R1	Receita Fiscal	22 052 054,42	20 801 885,10	D1	Despesa com pessoal	16 817 080,24	16 351 226,56				
R11	Impostos Diretos	22 052 054,42	20 801 885,10	D11	Remunerações certas e permanentes	12 720 858,78	12 477 129,71				
R12	Impostos Indiretos	0,00	0,00	D12	Abonos variáveis e eventuais	593 516,70	523 971,60				
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistema de saúde	0,00	0,00	D13	Segurança Social	3 501 927,45	3 348 902,14				
R3	Taxas, multas e outras penalidades	1 493 082,44	874 911,62	D2	Aquisição de bens e serviços	14 489 801,18	12 977 081,25				
R4	Rendimentos de propriedade	48 719,49	895 935,44	D3	Juros e outros encargos	341 980,79	336 913,90				
R5	Transferências Correntes	16 059 614,71	14 512 080,76	D4	Transferências Correntes	4 555 361,74	3 682 047,46				
R51	Administrações Públicas	15 578 870,20	14 160 041,28	D41	Administrações Públicas	1 502 217,46	1 132 520,50				
R511	Administração Central -Estado	14 713 854,24	13 651 114,80	D411	Administração Central -Estado	334 759,69	237 703,83				
R512	Administração Central -Outras Entidades	865 015,96	508 926,48	D412	Administração Central -Outras Entidades	0,00	0,00				
R513	Segurança Social	0,00	0,00	D413	Segurança Social	0,00	0,00				
R514	Administração Regional	0,00	0,00	D414	Administração Regional	0,00	0,00				
R515	Administração Local	0,00	0,00	D415	Administração Local	1 167 457,77	894 816,67				
R52	Exterior - UE	0,00	0,00	D42	Instituições sem fins lucrativos	1 101 040,94	935 065,63				
R53	Outras	480 744,51	352 039,48	D43	Famílias	184 378,43	162 008,21				
R6	Venda de bens e serviços	4 441 784,55	4 245 698,66	D44	Outras	256 171,45	44 992,99				
R7	Outras receitas correntes	328 963,12	352 885,90	D5	Subsídios	0,00	0,00				
	Receita de Capital	5 723 780,05	4 500 561,38	D6	Outras despesas correntes	542 373,12	846 273,09				
R8	Venda de bens de investimento	856 030,10	7 540,72		Despesas de Capital	13 274 552,60	9 473 096,80				
R9	Transferências de Capital	4 696 748,32	4 347 962,92	D7	Aquisição de bens de capital	12 456 049,62	9 095 828,52				
R91	Administrações Públicas	4 696 748,32	4 347 962,92	D8	Transferências de Capital	513 819,82	375 585,54				
R911	Administração Central -Estado	1 476 593,21	2 207 151,38	D81	Administrações Públicas	464 381,61	90 877,86				
R912	Administração Central -Outras Entidades	3 220 155,11	2 140 811,54	D811	Administração Central -Estado	226 178,00	0,00				
R913	Segurança Social	0,00	0,00	D812	Administração Central -Outras Entidades	0,00	0,00				
R914	Administração Regional	0,00	0,00	D813	Segurança Social	0,00	0,00				
R915	Administração Local	0,00	0,00	D814	Administração Regional	0,00	0,00				
R92	Exterior - UE	0,00	0,00	D815	Administração Local	238 203,61	90 877,86				
R93	Outras	0,00	0,00	D82	Instituições sem fins lucrativos	49 438,21	284 707,68				
R10	Outras receitas de capital	149 062,61	3 888,29	D83	Famílias	0,00	0,00				
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	21 939,02	141 169,45	D84	Outras	0,00	0,00				
	Receita efetiva (2)	50 147 998,78	46 183 958,86	D9	Outras despesas de capital	304 683,16	1 682,74				
	Receita não efetiva (3)	0,00	0,00		Despesa efetiva (5)	48 508 818,90	42 257 955,82				
R12	Receita com ativos financeiros	0,00	0,00		Despesa não efetiva (6)	2 959 955,23	2 575 652,77				
R13	Receita com passivos financeiros	0,00	0,00	D10	Despesa com ativos financeiros	0,00	69 023,25				
	Receita Total (4)=(1)+(2)+(3)	59 236 130,73	55 272 090,81	D11	Despesa com passivos financeiros	2 959 955,23	2 506 629,52				
					Despesa Total (7)=(5)+(6)	51 468 774,13	44 833 608,59				

Nota: Relativamente aos quadros n.ºs 8 e 9, importa referir que para o ano de 2020 foi considerado o perímetro orçamental do ano de 2021.



5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Quadro n.º 10

BALANÇO CONSOLIDADO DO GRUPO MUNICIPAL		em euros €	
RUBRICAS	Notas	2021	2020
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	205 454 096	200 754 684
Propriedades de investimento	8	3 018 514	3 386 810
Ativos intangíveis	3	0	0
Ativos biológicos	5	0	0
Participações financeiras	18	1 944 134	1 959 162
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis		0	0
Acionistas/ sócios/ associados		0	0
Diferimentos		0	0
Outros ativos financeiros		1 853	1 512
Ativos por impostos diferidos		7 897	4 749
Clientes, contribuintes e utentes		0	0
Outras contas a receber	18	565 637	0
		210 992 131	206 106 917
Ativo corrente			
Inventários	10	438 414	465 972
Ativos biológicos		0	0
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		1 276 476	548 054
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis		0	0
Clientes, contribuintes e utentes		333 688	318 630
Estado e outros entes públicos		57 971	44 303
Acionistas/ sócios/ associados		0	0
Outras contas a receber	18	20 072 728	22 272 929
Diferimentos		50 075	72 717
Ativos detidos para negociação		0	0
Outros ativos financeiros		0	0
Ativos não correntes detidos para venda		262 240	1 855 140
Caixa e depósitos	1,4	13 898 658	14 274 121
		36 390 251	39 851 865
Total do ativo		247 382 381	245 958 782



BALANÇO CONSOLIDADO DO GRUPO MUNICIPAL				em euros €	
RUBRICAS	Notas	2021	2020		
PATRIMÓNIO LÍQUIDO					
Património/ Capital		210 033 483	210 033 483		
Ações (quotas) próprias		0	0		
Outros instrumentos de capital próprio		0	0		
Prémios de emissão		0	0		
Reservas		0	0		
Resultados transitados		-48 043 129	-51 164 466		
Ajustamentos em ativos financeiros		5 061 721	4 354 833		
Excedentes de revalorização		0	0		
Outras variações no Património Líquido		46 959 123	43 811 738		
Resultado líquido do exercício		-4 117 319	-751 615		
Dividendos antecipados		0	0		
Interesses que não controlam		0	0		
Total do património líquido		209 893 879	206 283 973		
PASSIVO					
Passivo não corrente					
Provisões	15	93 500	93 500		
Financiamentos obtidos	7	20 731 396	18 584 205		
Fornecedores de investimento		0	0		
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		0	0		
Diferimento		4 824 792	4 531 250		
Passivos por impostos diferidos		0	0		
Fornecedores		0	0		
Outras contas a pagar		3 093 653	2 143 294		
		28 743 341	25 352 250		
Passivo corrente					
Credores por transf. e subsídios não reembolsáveis concedidos		32 653	41 134		
Fornecedores		2 002 187	1 904 646		
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		6 950	6 950		
Estado e outros entes públicos		126 267	137 664		
Acionistas/ sócios/ associados		0	0		
Financiamentos obtidos	7	2 755 117	3 083 915		
Fornecedores de investimento		759 691	398 354		
Outras contas a pagar	18	2 981 568	8 665 276		
Diferimentos		80 730	84 621		
Passivos detidos para negociação		0	0		
Outros passivos financeiros		0	0		
		8 745 162	14 322 559		
Total do passivo		37 488 502	39 674 809		
Total do património líquido e passivo		247 382 381	245 958 782		

**Quadro n.º 11**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA CONSOLIDADA DO GRUPO MUNICIPAL			em euros €	
RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2021	2020	
Impostos, contribuições e taxas		23 306 848	23 038 381	
Vendas		20 543	1 193	
Prestação de serviços e concessões		4 758 457	4 631 320	
Rendimentos/ Gastos imputados de entidades controladas, associadas e emp.		7 820	20 613	
Transferências e subsídios correntes obtidos		15 337 810	14 983 622	
Variações nos inventários da produção		0	0	
Trabalhos para a própria entidade		0	220 615	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-616 049	-639 201	
Fornecimento e serviços externos		-14 217 632	-12 047 372	
Gastos com o pessoal		-16 491 208	-15 911 325	
Transferências e subsídios concedidos		-3 525 506	-2 569 525	
Prestações sociais		0	0	
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/ reversões)		0	0	
Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)		-36 490	36 346	
Provisões (aumentos/ reduções)	15	0	31 649	
Imparidade de investimentos não depreciables/ amortizações (perdas/ reversões)		1 743	-1 743	
Aumentos/ reduções de justo valor		0	0	
Outros rendimentos		2 883 977	2 693 098	
Outros gastos		-2 115 511	-2 326 740	
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento		9 314 801	12 160 931	
Gastos/ reversões de depreciação e amortização		-12 699 109	-12 115 396	
Imparidade de investimentos depreciables/ amortizáveis (perdas/ reversões)		-281 054	-308 112	
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento)		-3 665 361	-262 577	
Juros e rendimentos similares obtidos		573	35 658	
Juros e gastos similares suportados		-314 357	-340 980	
Resultado antes de impostos		-3 979 145	-567 898	
Imposto sobre o rendimentos		-138 174	-183 717	
Resultado líquido do período		-4 117 319	-751 615	
Resultado líquido do período atribuível a:		0	0	
Detentores do capital da entidade-mãe		0	0	
Interesses que não controlam		0	0	



Quadro n.º 12

Fluxos de Caixa Consolidados		em euros	
RUBRICAS	Notas	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		4 337 907	4 247 230
Recebimentos de contribuintes		21 814 459	20 337 160
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		14 590 808	13 111 177
Recebimentos de utentes		1 483 451	909 200
Pagamentos a fornecedores		-12 598 276	-11 619 417
Pagamentos ao pessoal		-10 375 519	-9 735 504
Pagamentos a contribuintes/ utentes			
Pagamentos de transferências e subsídios		-6 425 570	-3 023 012
Pagamentos de prestações sociais			
Caixa gerada pelas operações		12 827 261	14 226 836
Recebimento do imposto sobre o rendimento			
Pagamento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos		1 081 553	1 413 808
Outros pagamentos		-8 852 110	-12 834 319
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		5 056 703	2 806 325
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-11 651 089	-5 994 849
Ativos fixos intangíveis			
Propriedades de investimento		0	-520
Investimentos financeiros		0	-69 023
Outros ativos		0	-46 514
Recebimentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		898 891	23 188
Ativos fixos intangíveis			
Propriedades de investimento		1 541 273	2 231 256
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento		2 471 096	1 865 534
Transferências de capital		1 554 452	2 313 187
Juros e rendimentos similares		0	6
Dividendos		19 000	70 512
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		-5 166 376	392 776
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Realização de capital e de outros instrumentos de capital			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-2 959 955	-2 621 074
Juros e gastos similares		-336 866	-340 644
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		-3 296 821	-2 961 719
Variação de caixa e seus equivalentes (a + b + c)		-3 406 494	237 382
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		14 274 121	11 296 116
Caixa e seus equivalentes no fim do período		13 898 658	14 051 703
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes no início do período		14 274 121	11 219 373
- Equivalentes a caixa no início do período		-2 347 471	-292 564
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa		2 347 471	292 564
- Variações cambiais de caixa no início do período			
= Saldo de gerência anterior		14 274 121	11 219 373
De execução orçamental		12 198 378	9 124 521
De operações de tesouraria		2 075 743	2 094 852
Caixa e seus equivalentes no fim do período		13 898 658	14 274 121
- Equivalentes a caixa no início do período		-2 764 046	-2 347 471
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa		2 764 046	2 347 471
- Variações cambiais de caixa no início do período			
= Saldo de gerência seguinte	1.4	13 898 658	14 274 121
De execução orçamental		11 418 069	12 198 378
De operações de tesouraria		2 480 589	2 205 268



MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ

Quadro n.º 13

Alterações ao Património Líquido Consolidado - Ano 2021														
Descrição	Notas	Capital / Património Subscrito	Ações (Quotas) Próprias	Outros Instrum. de Capital Próprio	Prémios de Emissão	Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em Ativos Financeiros	Excedentes de Revalorização	Outras Variações Património Líquido	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses que não controlam	Total do Património Líquido
Posição no início do período	(1)	210 033 482,91	0,00	0,00	0,00	3 550 547,07	-51 155 063,47	4 413 162,24	0,00	43 811 738,27	-23 102,52	210 630 764,50		210 630 764,50
Alterações no período														
Primeira adoção de novo referencial contabilístico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização do excedente de revalorização		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de revalorização e respetivas variações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências e subsídios de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 846 169,75	0,00	1 846 169,75	0,00	1 846 169,75
Correção de erros materiais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 893 540,57	0,00	0,00	0,00	0,00	3 893 540,57	0,00	3 893 540,57
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido		0,00	0,00	0,00	0,00	-2 935 842,07	-781 605,72	648 558,44	0,00	1 301 214,95	23 102,52	-1 744 571,88	0,00	-1 744 571,88
	(2)	0,00	0,00	0,00	0,00	-2 935 842,07	3 111 934,85	648 558,44	0,00	3 147 384,70	23 102,52	3 995 138,44	0,00	3 995 138,44
Resultado Líquido do Período	(3)										-4 117 318,78	-4 117 318,78	0,00	-4 117 318,78
Resultado Integral	(4) = (2)+(3)										-4 094 216,26	-122 180,34	0,00	-122 180,34
Operações com detentores de capital no período														
Realizações de capital/património		0,00	0,00	0,00	0,00	-614 705,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-614 705,00	0,00	-614 705,00
Entradas para cobertura de perdas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subscrições de prémios de emissão		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	(5)	0,00	0,00	0,00	0,00	-614 705,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-614 705,00	0,00	-614 705,00
Posição fim período	(6) = (1)+(2)+(3)+(5)	210 033 482,91	0,00	0,00	0,00	0,00	-48 043 128,62	5 061 720,68	0,00	46 959 122,97	-4 117 318,78	209 893 879,16	0,00	209 893 879,16



6. ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras com adoção pela primeira vez do SNC-AP

O Município da Figueira da Foz transitou de referencial contabilístico em 2020, passando do POCAL para o SNC-AP. No exercício de 2020 foi efetuado um conjunto de operações de transição, que permitiram a reexpressão do património, expresso em POCAL, no novo referencial. Contudo ficaram por efetuar algumas operações, que devido à sua dificuldade e morosidade não foram possíveis de realizar.

De acordo com a *International Public Sector Accounting Standard (IPSAS) 33 First Time Adoption of Accrual Basis*, que estabelece orientações para os processos de adoção pela primeira vez das Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público, está estabelecida a possibilidade de, em certas circunstâncias de complexidade, o processo de transição ter uma duração até três anos, podendo durante esse período serem reconhecidos e mensurados ativos e passivos relacionados com a adoção do novo referencial contabilístico.

No exercício de 2021, continuando o esforço iniciado no exercício anterior foram desenvolvidas as seguintes operações:

- Reconhecimento das depreciações acumuladas dos imóveis, que com a transição para o SNC-AP viram a sua vida de referência passar de 80 para 50 anos. Registo nas contas 428x/438x;
- Reconhecimento dos rendimentos relativos aos subsídios ao investimento associados aos imóveis referidos no ponto anterior. Registo nas contas 593x;
- Reconhecimento dos bens proporcionados pelos concessionários, no âmbito de contratos de concessão. Registo nas contas 430x/438x.

Das operações indicadas no paragrafo anterior, resultou a seguinte alteração do património líquido:

**Quadro n.º 14:** Resultados Transitados – Ajustamentos de transição para o SNC-AP

Rubrica	Reconhecimento de Investimentos	Regularização dos Subsídios ao Investimento	Reconhecimento das Depreciações Acumuladas	Total
Correção da Vida Útil dos Imóveis		899 677,58	-6 085 749,50	-5 186 071,92
Concessão - Água/Saneamento	26 055 240,36		-15 748 241,37	10 306 998,99
Concessão - Crematório	1 656 557,41		-514 202,71	1 142 354,70
Concessão - Parques de Estacionamento	719 782,27		-57 588,43	662 193,84
Outros Reconhecimentos	215 724,49			215 724,49
Total	28 647 304,53	899 677,58	-22 405 782,01	7 141 200,10

E o seguinte impacto no balanço:

Quadro n.º 15: Impacto no Balanço – Ajustamentos de transição para o SNC-AP

Rubrica	Variação	Rubrica	Variação
Ativo		Património Líquido	
Ativos Fixos Tangíveis	6 241 522,52	Resultados Transitados	7 141 200,10
		Outras variações do património líquido	-899 677,58
Total	6 241 522,52		6 241 522,52

No próximo exercício ainda serão levadas a cabo algumas operações de ajustamento para o SNC-AP, pois existem algumas situações, que devido à sua dificuldade ainda não foi possível tratar.

Contudo, os valores em causa são materialmente pouco relevantes. Quando terminado o processo, em sede de relato, será elaborado um mapa consolidado com as operações de ajustamento.

**Nota 1 - Entidades Incluídas no Perímetro de Consolidação e outras entidades participadas****1.1. Entidades Incluídas no Perímetro de Consolidação****Quadro n.º 16:**

Entidade	Sede Social	Atividade Principal	Capital Social	Participação	% Controlo	
					Direto	Indireto
Município da Figueira da Foz	Avenida Saraiva de Carvalho 3084-501 FIGUEIRA DA FOZ	Serviço municipal			Entidade -mãe	
Figueira Domus - Empresa Municipal de Gestão de Habitação da Figueira da Foz, E.M.	Rua Dr. Mendes Pinheiro s/n Edifício Águas da Figueira 3080-032 FIGUEIRA DA FOZ	Gestão social, patrimonial e financeira dos empreendimentos e fogos de habitação social da Câmara Municipal e da empresa. Tem ainda por objecto a promoção de habitação a custos controlados, a aquisição de fogos e terrenos, promovendo compras, permutas ou vendas que a Câmara Municipal determinar, a execução de obras que a gestão dos empreendimentos municipais exigir e a construção de novos fogos a custos controlados.	179 021 700	179 021 700	100%	
Municipia - Empresa de Cartografia e sistemas de Informação, E.M., S.A.		Concepção, consultadoria e gestão de sistemas de informação geográfica, e em geral de sistemas de informação; produção e comercialização de mapas; prestação de serviços energéticos e soluções ambientais.	3 236 679	74 767	2,31%	

1.2. Entidades associadas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial**Quadro n.º 17:**

Entidade	Sede Social	Atividade Principal	Detentores de Capital	% Capital	Obs
Sodenfor - Sociedade Difusora de Ensino, Lda	Rua do Matadouro, n.º 22 - 3080-014 Figueira da Foz	Promoção do ensino secundario tecnico e profissional	Município da Figueira da Foz; Soenprol - Soc. Ensino Profissional, Lda e ACIFF - Assoc. Comercial e Industrial da Figueira Foz	20%	
Estruturas e Investimentos do Mondego, Agência de Desenvolvimento Regional, S.A.	Largo Prof. Vítor Guerra n.º 3 - 3080-072 Figueira da Foz	Promoção, gestão de infra-estruturas e equipamentos colectivos, designadamente centros de feiras e congressos e incubadora de empresas; fomento e acolhimento de iniciativas empresariais que estimulem a riqueza e competências.	ACIFF - Assoc. Comercial e Industrial da Fig Foz; Casa do Paço Unipessoal Lda; Santa Casa da Misericórdia - Obra da Figueira	32,68%	
Cenforff - Centro de Formação Profissional da Figueira da Foz, Lda	Rua do Matadouro, n.º 22 - 3080-014 Figueira da Foz	Ensino técnico - profissional e a formação profissional, sua exploração e desenvolvimento	Soenprol - Soc. Ensino Profissional, Lda e ACIFF - Assoc. Comercial e Industrial da Fig Foz	20%	
Paço de Maiorca - Promoção e Gestão de Equipamentos Hoteleiros, SA - Em Liquidação	Avenida Saraiva de Carvalho - 3084-501 Figueira da Foz	Promoção, gestão de equipamentos hoteleiros e formação de pessoal na area respectiva		49,97%	



1.3. Entidades associadas contabilizadas pelo método de custo

Quadro n.º 18:

Entidade	Sede Social	% Capital detido	Contribuição Inicial (euros)
AIRC - Associação Informática da Região Centro	Coimbra iParque, Lote nº 15, 3040-540 Antanhol	6,40%	
Ersuc - Resíduos Sólidos do Centro, S.A.	Vil de Matos - 3025-607 Coimbra	2,80%	
IEFF- Incubadora de Empresas da Figueira da Foz, Associação para o desenvolvimento Empresarial	Parque Industrial e Empresarial da Figueira da Foz	17,61%	
Associação Sal do Mondego	Largo da Igreja - Santa Luzia - Lavos		
Associação Coimbra Região Digital - Em Liquidação	Praça 8 de Maio, 3000-300 Coimbra	9,09%	

1.4 Caixa e depósitos

Em 31/12/2021 a desagregação dos saldos de caixa e de depósitos à ordem tem a seguinte composição:

Quadro n.º 19:

Conta	Valor	
Caixa		2 293
Depósitos à ordem		11 132 319
. Depósitos bancários à ordem	11 132 319	
Outros depósitos		2 764 046
. Depósitos a prazo	0	
. Depósitos consignados	386 035	
. Depósitos de garantias e cauções	2 378 011	
TOTAL		13 898 658

Nota 2 – Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro. O atual relato corresponde à segunda utilização do referencial acima indicado, de acordo com o NCP1 – Estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras.



Ativos Fixos Tangíveis

Os elementos que compõe esta rúbrica foram mensurados, em regra, pelo método do custo. Todavia, quando a aquisição do elemento resulta de uma transação sem contraprestação, a mensuração inicial é efetuada pelo Valor Patrimonial Tributário (imóveis) ou pelo justo valor (móveis).

Propriedades de Investimento

Os elementos que compõe esta rúbrica foram mensurados pelo método do custo ou pelo método do justo valor.

Ativos Intangíveis

O único bem que pertence a esta rúbrica foi mensurado pelo método do custo.

Ativos não Correntes detidos para Venda

Os elementos inseridos nesta rúbrica encontram-se mensurados pelo método do custo, não havendo lugar à depreciação dos mesmos.

Participações Financeiras

As participações financeiras do Município são mensuradas pelo método de equivalência patrimonial ou pelo método do custo.

Depreciações e Amortizações

As depreciações e amortização são efetuadas através do método da linha reta (quotas constantes) tendo por base a vida útil do bem. Neste âmbito, a vida útil dos bens adquiridos durante o exercício de 2021 encontram-se definidas de acordo com o Classificador Complementar 2.

Inventários

A mensuração dos inventários é efetuada pelo custo de aquisição. A mensuração das saídas é efetuada através do custo médio ponderado.

Contas a Receber

O reconhecimento inicial das contas a receber de clientes e outros devedores é efetuada através do justo valor. A criação de imparidades está relacionada com a existência de indícios de que a dívida não será recebida, nomeadamente: o prazo da dívida (superior a 6 meses, no caso da empresa Figueira



Domus ou 1 ano, no caso do Município), a não existência de processo de execução fiscal, a existência de processo de execução fiscal (com instrução superior a 3 anos- Município), a natureza do devedor (público ou privado), a natureza da dívida, a não existência de plano/acordo de pagamento, devedores contra os quais foi submetida um procedimento de injunção (no caso da Figueira Domus) e não recebimento de cartas enviadas nem qualquer contacto efetuado (no caso da Figueira Domus).

Nota 3 – Ativos intangíveis

O contributo para esta nota vem na totalidade do Município.

O principal objetivo desta nota, é apresentar os principais movimentos e alterações relacionados com os ativos intangíveis. O património municipal de ativos intangíveis é constituído por apenas um elemento, que se encontra totalmente amortizado desde o exercício de 2020.

Quadro n.º 20 - Ativos intangíveis - variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia escriturada
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	46 546,50	46 546,50	0,00	0,00	46 546,50	46 546,50	0,00	0,00
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	46 546,50	46 546,50	0,00	0,00	46 546,50	46 546,50	0,00	0,00

Quadro n.º 21 - Ativos intangíveis - Quantia escriturada e variações do período

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Variações							Quantia escriturada final
		Adições	Transf. Internas	Revalorizações	Reversões perdas	Perdas por imparidade	Amortiz. período	Diminuições	
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**Quadro n.º 22 - Ativos intangíveis - Adições**

RUBRICAS	Adições									
	Internas	Compra	Cessão	Transfer. ou troca	Doação	Dação em pagamento	Locação fin.	Fusão, cisão, ...	Outras	Total
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Quadro n.º 23 - Ativos intangíveis - Diminuições

RUBRICAS	Diminuições				
	Alienações a título oneroso	Transferência ou troca	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

A 31/12/2021, o Município apenas detém um único ativo intangível – “Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil” – que se encontra totalmente amortizado.

Nota 4 – Acordos de concessão de serviços: concedente

O contributo para esta nota vem na totalidade do Município.

O Município da Figueira da Foz concedeu à exploração de privados serviços públicos nas áreas de distribuição de energia elétrica, exploração de parques de estacionamento, abastecimento de água e saneamento, e exploração de um complexo funerário.

Quadro n.º 24 – Acordos de Concessão - Concedente

Designação	Concessionário	Ativo da Concessão	Período da Concessão
Concessão do serviço de distribuição de energia elétrica em baixa tensão	E-REDES - Distribuição de Electricidade, SA	Energia elétrica	20 anos (inicial) + 20 (prorrogação) (início: 01/09/1982)
Concessão do fornecimento, instalação e exploração de parques coletivos nas zonas de estacionamento de duração limitada na cidade da Figueira da Foz	Dornier Portugal, SA	Estacionamento na via pública com duração limitada	20 anos (início: 23/09/2005)
Concessão do serviço público de exploração dos sistemas de abastecimento de água e de saneamento	Águas da Figueira, SA	Exploração dos sistemas de abastecimento de água e saneamento	30 anos (início: 29/03/1999)
Conceção, construção e concessão da exploração do complexo funerário do cemitério oriental da Figueira da Foz	Funfoz, Lda	Terreno / Exploração do crematório	20 anos (início: 04/12/2007)

Relativamente aos bens em concessão, bens cedidos ao concessionário para exploração e bens proporcionados pelos concessionários (no âmbito da concessão), importa referir:



- No caso da concessão da Distribuição da energia elétrica apenas estão reconhecidos no ativo os bens/obras realizadas pelo Município e as obras rececionadas no âmbito de operações urbanísticas. Não houve qualquer informação do concessionário relativamente às melhorias efetuadas e bens proporcionados no âmbito do contrato de concessão. Contudo, importa referir, que consideramos que esta concessão não reúne as condições de reconhecimento impostas pela NCP4, apesar da sua referência nesta nota.
- No caso da concessão do abastecimento de água e saneamento, o Município tem reconhecido no seu ativo fixo tangível a maioria dos bens, contudo tal como foi referido nas Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras com adoção pela primeira vez do SNC-AP, ainda subsistem algumas situações por resolver, cujo valor é materialmente pouco relevante;
- No caso das outras concessões, todos os bens estão reconhecidos contabilisticamente pelo Município.

Quadro n.º 25 – Receita da Concessão de Serviços Públicos

Designação da Concessão	Receita Bruta - 2021
Concessão do serviço de distribuição de energia elétrica em baixa tensão	1 062 015,46
Concessão do fornecimento, instalação e exploração de parquímetros coletivos nas zonas de estacionamento de duração limitada na cidade da Figueira da Foz	26 244,68
Concessão do serviço público de exploração dos sistemas de abastecimento de água e de saneamento	364 902,06
Conceção, construção e concessão da exploração do complexo funerário do cemitério oriental da Figueira da Foz	5 152,16
Total	1 458 314,36

No quadro acima é apresentada a receita bruta das concessões reconhecida em 2021.

Nota 5: Ativos Tangíveis

A presente nota, na sequência da NCP 5 - Ativos Tangíveis, apresentamos um conjunto de quadros, que evidenciam: a variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas, as quantias escrituradas e variações do período, as adições e as diminuições.

As quantias escrituradas iniciais, correspondem aos valores finais do exercício anterior. Os valores reconhecidos em 2021, derivados das normas do SNC-AP, nomeadamente os bens proporcionados



pelos concessionários dos contratos de concessão e as depreciações acumuladas resultantes da aplicação retrospectiva da alteração da vida útil dos imóveis, não afetam os valores iniciais.

Quadro n.º 26 - Ativos fixos tangíveis - variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS	Início do Período				Final do Período			
	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia escriturada
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	4 621 479,73	51 724,84	0,00	4 569 754,89	4 255 291,56	0,00	0,00	4 255 291,56
Edifícios e outras construções	16 066 342,80	6 570 481,11	0,00	9 495 861,69	21 487 763,22	11 177 166,61	0,00	10 310 596,61
Infraestruturas	189 399 222,62	144 026 630,66	0,00	45 372 591,96	193 527 788,96	146 115 871,38	0,00	47 411 917,58
Património histórico, artístico e cultural	642 973,38	0,00	0,00	642 973,38	724 061,84	0,00	0,00	724 061,84
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	11 578 346,03	0,00	0,00	11 578 346,03	8 738 340,50	0,00	0,00	8 738 340,50
Ativos fixos em concessão								
Terrenos e recursos naturais	45 641,60	0,00	0,00	45 641,60	566 823,78	0,00	0,00	566 823,78
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	1 523 139,60	411 247,69	0,00	1 111 891,91
Infraestruturas	40 460 289,26	30 815 495,51	0,00	9 644 793,75	69 932 682,70	52 647 131,29	0,00	17 285 551,41
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	32 082 005,27	0,00	0,00	32 082 005,27	32 159 978,07	0,00	0,00	32 159 978,07
Edifícios e outras construções	111 852 349,99	31 377 089,88	0,00	80 475 260,11	116 064 289,24	39 966 809,74	0,00	76 097 479,50
Equipamento básico	5 350 703,44	4 162 238,61	0,00	1 188 464,83	5 695 894,73	4 512 583,35	0,00	1 183 311,38
Equipamento de transporte	4 823 250,04	2 612 681,91	0,00	2 210 568,13	4 964 402,96	3 186 769,30	0,00	1 777 633,66
Equipamento administrativo	2 793 492,18	2 510 328,95	0,00	283 163,23	2 880 407,39	2 632 626,19	0,00	247 781,20
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	3 177 505,54	2 354 474,82	0,00	823 030,72	3 499 967,86	2 458 595,08	0,00	1 041 372,78
Ativos fixos tangíveis em curso	2 342 228,52	0,00	0,00	2 342 228,52	2 542 064,29	0,00	0,00	2 542 064,29
TOTAL	425 235 830,40	224 481 146,29	0,00	200 754 684,11	468 562 896,70	263 108 800,63	0,00	205 454 096,07

Quadro n.º 27 - Ativos Fixos Tangíveis - Quantia escriturada e variações do período

RUBRICAS	Quantia Escriturada Inicial	Variações							Quantia Escriturada Final
		Adições	Transf. Internas	Revalorizações	Reversões perdas	Perdas por Imparidade	Deprec. Período	Diminuições	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural									
Terrenos e recursos naturais	4 615 396,49	0,00	-399 727,77	0,00	0,00	0,00	51 724,84	-12 102,00	4 255 291,56
Edifícios e outras construções	9 495 861,69	20 037,20	2 603 805,19	0,00	0,00	0,00	-1 661 363,42	-147 744,05	10 310 596,61
Infraestruturas	45 372 591,96	92 744,62	6 356 078,19	0,00	0,00	0,00	-4 409 497,19	0,00	47 411 917,58
Património histórico, artístico e cultural	642 973,38	34 444,70	46 643,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	724 061,84
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	11 578 346,03	8 591 898,64	-9 714 087,67	0,00	0,00	0,00	0,00	-1 717 816,50	8 738 340,50
Ativos fixos em concessão									
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	566 823,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	566 823,78
Edifícios e outras construções	0,00	1 523 139,60	-54 677,92	0,00	0,00	0,00	-356 569,77	0,00	1 111 891,91
Infraestruturas	9 644 793,75	26 908 440,44	243 696,53	0,00	0,00	0,00	-19 511 379,31	0,00	17 285 551,41
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis									
Terrenos e recursos naturais	32 082 005,27	325 083,03	-236 689,63	0,00	0,00	0,00	0,00	-10 420,60	32 159 978,07
Edifícios e outras construções	80 475 260,11	1 306 937,16	2 990 881,49	0,00	0,00	0,00	-8 606 556,86	-69 042,38	76 097 479,52
Equipamento básico	1 188 464,83	369 264,08	16 688,74	0,00	0,00	0,00	-350 344,74	-40 761,53	1 183 311,38
Equipamento de transporte	2 210 568,13	126 358,08	133 100,00	0,00	0,00	0,00	-574 087,39	-118 305,16	1 777 633,66
Equipamento administrativo	283 163,23	84 858,70	2 190,25	0,00	0,00	0,00	-122 297,24	-133,74	247 781,20
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	823 030,72	197 656,10	164 051,95	0,00	0,00	0,00	-104 120,26	-39 245,73	1 041 372,78
Ativos fixos tangíveis em curso	2 342 228,52	2 855 535,76	-2 548 083,33	0,00	0,00	0,00	0,00	-107 616,66	2 542 064,29
Total	200 754 684,11	42 436 398,11	170 693,56	0,00	0,00	0,00	-35 644 491,34	-2 263 188,35	205 454 096,07



MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ

Quadro n.º 28 - Ativos fixos tangíveis - Adições

RUBRICAS	Adições										
	Internas	Compra	Cessão	Transfer. ou troca	Expropri.	Doação	Doação em pagamento	Locação fin.	Fusão, cisão, ...	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural											
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	18 314,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 722,50	20 037,20
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	92 744,62	92 744,62
Património histórico, artístico e cultural	0,00	25 970,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8 474,70	34 444,70
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	8 591 898,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8 591 898,64
Ativos fixos em concessão											
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	1 523 139,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 523 139,60
Infraestruturas	26 810 959,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	97 480,54	26 908 440,44
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis											
Terrenos e recursos naturais	330,31	0,00	0,00	298 202,50	0,00	180,82	0,00	0,00	0,00	26 369,40	325 083,03
Edifícios e outras construções	0,00	92 280,00	0,00	894 807,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	320 079,68	1 306 937,16
Equipamento básico	0,00	368 387,64	0,00	0,00	0,00	738,54	0,00	0,00	0,00	159,90	369 286,08
Equipamento de transporte	0,00	92 808,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	33 549,10	126 358,08
Equipamento administrativo	0,00	82 787,42	0,00	0,00	0,00	1 650,00	0,00	0,00	0,00	421,28	84 858,70
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	167 878,47	0,00	0,00	0,00	360,00	0,00	0,00	0,00	29 417,63	197 656,10
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	2 824 535,76	0,00	0,00	31 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 855 535,76
Total:	18 334 429,81	12 264 811,81	0,00	1 192 810,00	31 000,00	2 927,38	0,00	0,00	0,00	610 419,33	42 436 398,11

Quadro n.º 29 - Ativos fixos tangíveis - Diminuições

RUBRICAS	Diminuições					Total
	Alienações a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou reversão	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais	0,00	-12 102,00	0,00	0,00	0,00	-12 102,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	-147 744,05	-147 744,05
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	-1 717 816,50	-1 717 816,50
Ativos fixos em concessão						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	-5 200,00	0,00	0,00	0,00	-5 220,60	-10 420,60
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	-23 520,00	-23 520,00
Equipamento básico	0,00	0,00	0,00	0,00	-40 761,53	-40 761,53
Equipamento de transporte	-54 923,08	0,00	0,00	0,00	-63 382,08	-118 305,16
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	-133,74	-133,74
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	-39 245,73	0,00	0,00	0,00	0,00	-39 245,73
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	-107 616,66	-107 616,66
Total:	-89 368,81	-12 102,00	0,00	0,00	-2 106 195,16	-2 217 665,97

**Nota 6: Locações**

O contributo para esta nota vem na totalidade do Município.

Nas contas individuais do Município, na sequência da NCP 6, apresentam-se os mapas relativos a locações do Município, nas quais é locatário.

Quadro n.º 30 - Locações financeiras - locatário

Rubricas	Quantia escriturada líquida	Pagamentos efetuados pelo locatário acumulados				Futuros Pagamentos Mínimos			
		Período		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total
		Capital	Juro	Capital	Juro				
4311/4321 - Fração B Ed. Rua do Mato	404 669,36	23 707,55	0,00	315 769,58	123 725,99	18 966,04	75 864,16	40 106,22	134 936,42
4311/4321 - Fração J Casa do Paço	1 113 833,97	73 824,43	1 989,80	701 898,23	107 986,16	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1 518 503,33	97 531,98	1 989,80	1 017 667,81	231 712,15	18 966,04	75 864,16	40 106,22	134 936,42

Relativamente, ao segundo contrato de locação financeira (Casa do Paço), que terminou em 2021, o Município exerceu a opção de compra, adquirindo o imóvel após o pagamento do valor residual de 26.674,00 e . No caso do outro contrato de locação financeira (Fração B - Ed. Rua do Mato), o Município também tem a opção de compra no final do contrato.

Quadro n.º 31 - Locações operacionais - locatário

Bens locados	Valor do contrato	Pagamentos efetuados acumulados				Futuros Pagamentos mínimos			
		Período		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total
		Pagamentos mínimos	Rendas contingentes	Pagamentos mínimos	Rendas contingentes				
Equipamento de transporte	29 227,16	7 111,56	0,00	7 589,48	0,00	7 111,56	14 526,12	0,00	21 637,68
Equipamento de transporte	29 227,16	7 111,56	0,00	7 589,48	0,00	7 111,56	14 526,12	0,00	21 637,68
Equipamento de transporte	37 553,57	3 560,87	0,00	3 560,87	0,00	9 388,39	24 604,31	0,00	33 992,70
Equipamento de transporte	37 553,57	3 560,87	0,00	3 560,87	0,00	9 388,39	24 604,31	0,00	33 992,70
TOTAL	133 561,47	21 344,86	0,00	22 300,70	0,00	32 999,91	78 260,86	0,00	111 260,77

Nota 7: Custo dos empréstimos obtidos

Em 31 de dezembro de 2021 o detalhe da rubrica de financiamento obtido consolidado, decomposto em corrente e não corrente apresenta-se no seguinte mapa:

**Quadro n.º 32:**

Designação	31-12-2021	31-12-2020
Empréstimos Bancários		
Passivo corrente	2 755 117	3 083 915
Passivo não corrente	20 731 396	18 584 205
TOTAL	23 486 513	21 668 120

Nota 8: Propriedades de Investimento

O contributo para esta nota vem na totalidade do Município.

Na sequência da NCP 8, no âmbito das propriedades de investimento, apresentamos um conjunto de quadros, que evidenciam: a variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas; as quantias escrituradas e variações do período; as adições e as diminuições. Quer no caso dos ativos mensurados de acordo com o Modelo do Justo Valor, quer dos ativos mensurados pelo Modelo do Custo.

A quantia escriturada inicial correspondente ao valor final do exercício anterior.

Quadro n.º 33 - Propriedades de Investimento - Quantia escriturada e variações do período - Modelo do Justo Valor

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Variações						Quantia escriturada final
		Adições	Transf. Internas	Ganhos de JV	Perdas de JV	Dif. cambiais	Diminuições	
Propriedades de Investimento								
Bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos e recursos naturais	430,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-430,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Propriedades de Investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedades de Investimento em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	430,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-430,00

Quadro n.º 34 - Propriedades de Investimento - Adições - Modelo do Justo Valor

RUBRICAS	Adições									Total
	Internas	Compra	Cessão	Transfer. ou troca	Doação	Dação em pagamento	Locação fin.	Fusão, cisão, ...	Outras	
Propriedades de Investimento										
Bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Propriedades de Investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedades de Investimento em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Totalis:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



MUNICIPIO DA FIGUEIRA DA FOZ

Quadro n.º 35 - Propriedades de Investimento - Diminuições - Modelo do Justo Valor

RUBRICAS	Diminuições				
	Alienações a título oneroso	Transferência ou troca	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Propriedades de Investimento					
Bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos e recursos naturais	-430,00	0,00	0,00	0,00	-430,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Propriedades de Investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedades de Investimento em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	-430,00	0,00	0,00	0,00	-430,00

Relativamente às propriedades de investimento, mensuradas ao justo valor, no início do exercício havia um imóvel, que foi alienado em 2021.

Nos quadros abaixo são representados os valores associados às propriedades de investimento do Município que se encontram mensurados pelo método do custo.

Quadro n.º 36 - Propriedades de Investimento - Quantia escriturada e variações do período - Modelo do Custo

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Variações						Quantia escriturada final
		Adições	Transf. Internas	Depreciações período	Perdas imparidade	Dif. cambiais	Diminuições	
Propriedades de Investimento								
Bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos e recursos naturais	1 129 681,04	0,00	-33 450,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 096 231,04
Edifícios e outras construções	2 256 699,04	0,00	-163 691,18	-170 724,76	0,00	0,00	0,00	1 922 283,10
Outras Propriedades de Investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedades de Investimento em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	3 386 380,08	0,00	-197 141,18	-170 724,76	0,00	0,00	0,00	3 018 514,14

Quadro n.º 37 - Propriedades de Investimento - Adições - Modelo do Custo

RUBRICAS	Adições									
	Internas	Compra	Cessão	Transfer. ou troca	Doação	Dação em pagamento	Locação fin.	Fusão, cisão, ...	Outras	Total
Propriedades de Investimento										
Bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Propriedades de Investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedades de Investimento em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Totais:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**Quadro n.º 38** - Propriedades de Investimento - Diminuições - Modelo do Custo

RUBRICAS	Diminuições				
	Alienações a título oneroso	Transferência ou troca	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Propriedades de Investimento					
Bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Propriedades de Investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedades de Investimento em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

No quadro abaixo apresentamos uma breve caracterização das propriedades de investimento detidas pelo Município a 31/12/2021.

Quadro n.º 39 - Caracterização - Propriedades de Investimento

Tipo	Número de Bens		Vida Útil média (anos)		Taxa de Depreciação média	
	2020	2021	2020	2021	2020	2021
Terrenos e recursos naturais	12	7	0	0	0,00%	0,00%
Edifícios e outras construções	13	10	18,46	19,6	6,06%	3,49%

Nota 9: Imparidade de Ativos

No que toca à imparidade de ativos consolidados, nesta nota, e na sequência da NCP 9, apresentamos as perdas por imparidade consideradas nas demonstrações financeiras, que foram constituídas relativamente aos seguintes ativos: Clientes, contribuintes e utentes, Outras contas a receber e a pagar, e Investimentos financeiros.

**Quadro n.º 40** - Imparidades de ativos

Classes	Quantia Bruta	Perdas por Imparidade Acumulada	Reversão de Imparidades	Quantia Recuperável
Outros instrumentos financeiros a curto prazo	0,00	0,00	0,00	0,00
Devedores e credores por transferências, subsídios e empréstimos bonificados	1 123 180,65	0,00	0,00	1 123 180,65
Clientes, contribuintes e utentes	775 560,62	452 379,38	10 507,16	333 688,40
Fornecedores	2 002 186,67	0,00	0,00	2 002 186,67
Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00
Acionistas/sócios/associados	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras contas a receber	14 728 321,89	744 455,45	59 150,11	14 043 016,55
Outras contas a pagar	246 513,13	0,00	0,00	246 513,13
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	438 414,36	0,00	0,00	438 414,36
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos por conta de compras	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos financeiros	2 009 869,42	67 477,97	1 742,97	1 944 134,42
Propriedades de investimento	3 018 514,14	0,00	0,00	3 018 514,14
Ativos fixos tangíveis	194 173 691,28	0,00	0,00	194 173 691,28
Ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos em curso	11 280 404,79	0,00	0,00	11 280 404,79
Ativos não correntes detidos para venda	262 240,40	0,00	0,00	262 240,40
TOTAL	230 058 897,35	1 264 312,80	71 400,24	228 865 984,79

No âmbito das imparidades de ativos devemos enfatizar as três situações:

- Clientes, contribuintes e utentes: do valor bruto registado de dívidas receber de clientes, consideramos que € 452.379,38 – € 10.507,16 = € 441.872,22 são de cobrança improvável, daí o reconhecimento da imparidade;
- Outras contas a receber: do valor bruto registado de dívidas receber, consideramos que € 744.455,457 - € 59.150,11 = € 685.305,34 e são de cobrança improvável (caso do Município);
- Investimentos Financeiros: neste caso também foi considerada uma imparidade, na totalidade do valor da participação de três empresas: Paço de Maiorca - Promoção e Gestão de Equipamentos Hoteleiros, SA.; Associação Sal do Mondego e Associação Coimbra Região Digital (caso do Município).

Nota 10: Inventários

O contributo para esta nota vem na totalidade do Município.

No âmbito da NCP 10 apresentamos nesta nota, a desagregação dos inventários pelas suas rúbricas, evidenciando, num primeiro mapa, as quantias brutas, as imparidades acumuladas e a quantia



recuperável. Num segundo mapa, para as rubricas dos inventários apresentamos a quantia escriturada inicial, os movimentos do período e a quantia escriturada final.

Quadro n.º 41 - Inventários

Rubrica (1)	Quantia Bruta (2)	Imparidade Acumulada (3)	Quantia recuperável (4)=(2)-(3)
Mercadorias	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	438 414,36	0,00	438 414,36
Produtos Acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00
Produtos em Curso	0,00	0,00	0,00
TOTAL	438 414,36	0,00	438 414,36

Quadro n.º 42 - Inventários - Movimentos do período

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Movimentos							Quantia escriturada final
		Compras Líquidas	Consumos	Variações do inventários de produção	Perdas Por imparidade	Reversões Perda por imparidade	Outras reduções	Outros aumentos	
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	465 971,86	582 715,86	616 049,38	0,00	0,00	0,00	5 161,41	10 937,43	438 414,36
Produtos Acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos em Curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	465 971,86	582 715,86	616 049,38	0,00	0,00	0,00	5 161,41	10 937,43	438 414,36

Nota 11: Agricultura

Não aplicável.

Nota 12: Contratos de Construção

Não aplicável.

Nota 13: Rendimentos de Transações com Contraprestação

Na presente nota serão apresentados os montantes consolidados associados aos rendimentos definidos na NCP 13, nomeadamente os reconhecidos no período, bem como as quantias por receber associadas a estes, quer no início, quer no final do período de relato.

**Quadro n.º 43:**

Tipo de Rendimento	Rendimento do período		Quantias por receber		Adiantamentos Recebidos
	Resultados	Património Líquido	Início do Período	Final do Período	
Taxas, multas e outras penalidades					
Taxas específicas das autarquias locais	1 389 161,62	0,00	398 109,36	406 597,51	0,00
Multas e outras penalidades	119 212,05	0,00	404,45	792,83	0,00
Vendas					
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	20 542,96	0,00	15 409,80	15 409,80	0,00
Prestação de serviços					
Serviços específicos das autarquias locais	2 233 839,71	0,00	127 303,06	121 451,59	0,00
Concessões	1 801 256,76	0,00	8 810,72	8 810,72	0,00
Serviços sociais, recreativos, culturais e desporto	137 649,74	0,00	7 966,00	11 373,75	0,00
Arrendamento	1 816 465,38	0,00	23 073,79	14 666,84	0,00
Outros serviços	163 298,43	0,00	10 112,97	7 402,49	0,00
Outros rendimentos					
Rendimentos suplementares	180 803,31	0,00	400 559,00	356 562,58	0,00
Ganhos em inventários	7 985,33	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos em entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	618 222,45	0,00	76 529,48	76 529,48	0,00
Rendimentos em investimentos não financeiros	31 906,50	0,00	8 030,45	0,00	0,00
Outros rendimentos do Estado	34 042,94	0,00	35 093,27	33 331,38	0,00
Correções relativas a períodos anteriores	718 263,41	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros não especificados	156 819,11	0,00	199,41	0,00	0,00
Juros, dividendos e outros rendimentos similares					
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	572,89	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	9 430 042,59	0,00	1 111 601,76	1 052 928,97	0,00

Nota 14: Rendimentos de Transações sem Contraprestação

Em conformidade com a NCP 14 apresenta-se abaixo o mapa que contém os montantes consolidados reconhecidos e as quantias a receber, associadas aos rendimentos definidos na referida NCP:

Quadro n.º 44:

Tipo de Rendimento	Rendimento do período		Quantias por receber		Adiantamentos Recebidos
	Resultados	Património Líquido	Início do Período	Final do Período	
Impostos Diretos					
Derrama	2 677 101,50	0,00	20 328,36	337 113,68	0,00
Imposto municipal sobre imóveis	12 712 147,19	0,00	129 702,14	140 798,51	0,00
Imposto único de circulação	1 668 175,72	0,00	132 549,53	124 404,55	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos Indiretos					
Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis	4 734 391,38	0,00	228 631,97	454 427,14	0,00
Outros	6 658,08	0,00	0,00	832,26	0,00
Trabalhos para a própria entidade					
Transferências e subsídios correntes obtidos					
Estado	14 126 078,16	0,00	88 651,10	72 786,18	0,00
Serviços e Fundos Autónomos	518 085,90	0,00	0,00	55 000,00	0,00
Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Famílias	469 080,10	0,00	94 890,53	107 655,31	0,00
Resto do Mundo	176 509,53	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades e quase sociedades não financeiras	40 245,84	0,00	300,00	0,00	0,00
Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios correntes	7 810,48	0,00	0,00	0,00	0,00
Reversões					
De perdas por imparidade	70 291,58	0,00	0,00	0,00	0,00
De provisões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imputação de subsídios e transferências para investimentos					
Imputação de subsídios e transferências para investimentos	1 564 277,10	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	38 770 852,56	0,00	695 053,63	1 293 017,63	0,00



Nota 15: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

No que diz respeito ao Município, no final do exercício anterior, de acordo com o balanço, os valores provisionados eram nulos. Durante o exercício do relato não foi criada qualquer provisão, no entanto, foram reconhecidos passivos contingentes relativamente a 11 processos judiciais em curso, no valor total de € 1.177.331,08, que após análise jurídica, foram considerados como uma obrigação possível, carecendo de confirmação para serem provisionados.

Quadro n.º 45 – Responsabilidades contingentes (caso do Município):

Quantia Escriturada Inicial	Movimentos do Período		Quantia Escriturada Final
	Reconhecimentos	Desreconhecimentos	
189 583,24	1 017 747,85	30 000,01	1 177 331,08

No caso da empresa Figueira Domus, E.M, inclui uma provisão de 93.500,00 € constituída em 2014 após análise dos processos em tribunal, que se considerou ter documentação suporte suficiente para ser fiscalmente aceite.

Não foram registadas novas provisões neste período.

Quadro n.º 46 – Provisões (caso da empresa Figueira Domus):

Provisões	Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições			
			Reforços	Aumentos da quantia escriturada	Outros aumentos	Total aumentos	Utilizações	Reversões	Outros diminuições	Total diminuições
	Processos judiciais em curso	93.500,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
	TOTAL	93.500,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	

Nota 16: Efeito de alterações em Taxas de Câmbio

Não Aplicável.

Nota 17: Acontecimentos após a data do relato

Nesta nota vamos aproveitar por relevar um acontecimento que ocorreu após 31/12/2021, o início da guerra decorrente da invasão da Ucrânia por parte da Rússia. Apesar de não levar a um impacto direto



nos valores do relato, contudo, dado que este conflito teve e terá uma influência importante no aumento do preço de alguns produtos, nomeadamente das matérias-primas, os valores considerados em previsões (a receber em 2022), mesmo sendo relativos a 2021 podem estar enviesados.

Nota 18: Instrumentos Financeiros

Quadro n.º 47 – Ativos Financeiros

Ativos Financeiros	31/12/2021	31/12/2020
Participações financeiras	1 944 134,42 €	1 959 162,35 €
Outros ativos financeiros	1 852,70 €	1 511,70 €
Ativos por impostos diferidos	7 896,67 €	4 748,51 €
Clientes, contribuintes e utentes	333 688,40 €	318 629,52 €
Estado e outros entes públicos	57 970,78 €	44 303,04 €
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	1 276 475,58 €	548 054,32 €
Outras contas a receber	20 638 364,83 €	22 272 929,07 €
Diferimentos	50 074,97 €	72 716,77 €
Ativos não correntes detidos para venda	262 240,40 €	1 855 139,54 €
Caixa e depósitos	13 898 658,16 €	14 274 121,35 €

Quadro n.º 48 – Passivos Financeiros

Passivos Financeiros	31/12/2021	31/12/2020
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	32 653,06 €	41 133,88 €
Fornecedores	2 002 186,67 €	1 904 646,40 €
Fornecedores de investimentos	759 691,06 €	398 353,78 €
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	6 950,00 €	6 950,00 €
Estado e outros entes públicos	126 266,52 €	137 664,11 €
Financiamentos Obtidos (não corrente)	20 731 396,12 €	18 584 205,30 €
Financiamentos Obtidos (corrente)	2 755 116,69 €	3 083 914,73 €
Outras contas a pagar	6 075 220,35 €	10 808 569,61 €
Diferimentos	4 905 521,85 €	4 615 871,14 €

**Quadro n.º 49** – Património Líquido

Código	Designação	31/12/2021	31/12/2020
5	Património reservas e resultados transitados	214 011 197,94 €	207 035 588,39 €
51	Património capital	210 033 482,91 €	210 033 482,91 €
55	Reservas	0,00 €	0,00 €
56	Resultados transitados	-48 043 128,62 €	-51 164 465,50 €
57	Ajustamentos de ativos financeiros	5 061 720,68 €	4 354 832,71 €
59	Outras variações no património líquido	46 959 122,97 €	43 811 738,27 €

As variações ocorridas neste item encontram-se identificadas no mapa “Demonstração das alterações no património líquido”. De realçar as variações nos resultados transitados (incorporação do resultado líquido do ano anterior, regularizações e ajustamentos de transição para o SNC-AP) e também na rubrica Outras variações do Património Líquido (reconhecimento de Subsídios ao Investimento).

Quadro n.º 50 – Imposto sobre o Rendimento

O contributo para esta nota vem na totalidade da empresa Figueira Domus, E.M.

	31/12/2021	31/12/2020
1-Resultado antes de impostos	-3 979 145,13 €	-567 898,34 €
2-Imposto corrente	141 321,81 €	181 720,97 €
3-Imposto diferido	-3 148,16 €	1 995,82 €
4-Imposto sobre o rendimento	138 173,65 €	183 716,79 €
5-Tributações autónomas	276,04 €	219,15 €

Resultado líquido do período	31/dez/21	31/dez/20	Diferença 20/21	Var.%20/21
	-4 117 318,78 €	-751 615,13 €	-3 365 703,65 €	447,80%

O Resultado líquido consolidado do período à data de 31 de dezembro de 2021 apresenta um valor negativo de - € 4.117.318,78.

**Quadro n.º 51:**

Outras contas a receber	31-12-2021	31-12-2020
Impostos e taxas imputadas ao período	18 751 620,71	20 003 555,05
Devedores por acréscimos de rendimentos	772 021,07	805 437,75
Devedores por alienação de ativos fixos	0,00	861,00
Outros devedores	18 944,22	1 586 498,83
Adiantamentos a fornecedores de investimentos	275 085,98	605 892,22
Outros devedores (não corrente)	565 636,82	0,00
Outros devedores (corrente)	940 361,37	0,00
Imparidades - outros devedores	-685 305,34	-729 315,78
TOTAL	20 638 364,83	22 272 929,07

Quadro n.º 52:

Outras contas a pagar	31-12-2021	31-12-2020
Cauções recebidas de terceiros	2 465 167,23	2 143 294,09
Outros credores	628 485,35	0,00
Outras contas a pagar (passivo não corrente)	3 093 652,58	2 143 294,09
Credores por acréscimo de gastos	2 686 939,69	2 520 113,58
Fundo de Apoio Municipal	0,00	0,00
Sindicatos	0,00	4 341,52
Outros credores	294 628,08	6 139 524,27
Fornecedores de investimento	0,00	0,00
Pessoal	0,00	1 296,15
Outras contas a pagar (passivo corrente)	2 981 567,77	8 665 275,52
TOTAL	6 075 220,35	10 808 569,61



7. INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO

7.1. CONSOLIDAÇÃO ORÇAMENTAL – NCP 26

DIREITOS E OBRIGAÇÕES RECÍPROCAS EM 31 DEZEMBRO 2021

Quadro n.º 53:

MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ/ FIGUEIRA DOMUS, E.M.

QUADRO I					QUADRO II					Observações
CONTABILIDADE DO MUNICÍPIO					CONTABILIDADE Figueira Domus, E.M.					
Rub.	Natureza	Contas	Descrição	Valor	Rub.	Natureza	Contas	Descrição	Valor	
R7	Liquidação	015208019999	Outras Receitas Correntes	773,77	D13	Obrigações	0271205102010301202638501	Despesas com cuidados de saúde (ADSE)	773,77	Operação 1
R7	Recebimento	015308019999	Outras Receitas Correntes	773,77	D13	Pagamento	0281205102010301202638501	Despesas com cuidados de saúde (ADSE)	773,77	
D43	Obrigações	0271010204080202	Transf.Correntes -Famílias	1 394 053,46	R4	Liquidação	015220510107030	Liquidações Emitidas - Rendas	1 394 053,46	Operação 2
D413	Pagamento	0281010204080202	Transf.Correntes -Famílias	1 394 053,46	R4	Recebimento	015320510107030	Liquidações Recebidas - Rendas	1 394 053,46	
D43	Obrigações	010204080202	Transf.Correntes -Famílias	117 500,00	R4	Liquidação	015220510107030	Liquidações Emitidas - Rendas	117 500,00	
D413	Pagamento	010204080202	Transf.Correntes -Famílias	117 500,00	R4	Recebimento	015320510107030	Liquidações Recebidas - Rendas	117 500,00	

Operação 1: No exercício de 2021, o Município emitiu notas de debito de reembolsos da ADSE no valor de € 773,77, totalmente pagas a 31/12/2021.

Operação 2: Eliminação do custo e do proveito relativo a transferências correntes do Município para a Figueira Domus, E.M. Eliminação da transferência corrente relativa a uma antecipação do mês de dezembro de 2022.

**7.2. CONSOLIDAÇÃO FINANCEIRA – NCP 22****DIREITOS E OBRIGAÇÕES RECÍPROCAS EM 31 DEZEMBRO 2021**

Quadro n.º 54:

MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ/ FIGUEIRA DOMUS, E.M.**QUADRO I****QUADRO II**

CONTABILIDADE DO MUNICÍPIO				CONTABILIDADE FIGDOMUS,EM				Observações
Contas	Descrição	Débito	Crédito	Contas	Descrição	Débito	Crédito	
411	Investimentos Financeiros	7 257 373,13		51	Capital Próprio		2 990 478,00	Operação 1
				55	Reservas		3 638 362,43	
				56	Resultados Transitados		628 532,70	
56	Resultados Transitados	609 628,57						Operação 2
785	Rendimentos em entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos		609 628,57					
788	Outros Rendimentos		773,77	638	Outros gastos com pessoal	773,77		Operação 3
2819	Diferimentos	117 500,00		278	Credores Diversos		117 500,00	Operação 4
601	Transferências Correntes Concedidas	1 394 053,46		722	Prestação de Serviços		1 394 053,46	

Operação 1: Eliminar o total da participação.

Operação 2: No exercício de 2021 foi utilizado o MEP para a contabilização dos investimentos financeiros. Com vista à eliminação investimento financeiro na Figueira Domus, E.M., é necessário desfazer as operações que resultaram do MEP.

Operação 3: No exercício de 2021, o Município emitiu notas de debito de reembolsos da ADSE no valor de € 773,77, totalmente pagas a 31/12/2021.

Operação 4: Eliminação do custo e do proveito relativo a transferências correntes do Município para a Figueira Domus, E.M. Eliminação da transferência corrente relativa a uma antecipação do mês de dezembro de 2022.

Como foi referido anteriormente, em relação à empresa Município, EM, SA, o método de consolidação adotado é o MEP (Método de Equivalência Patrimonial). Procedeu-se assim à seguinte operação contabilística:

**AJUSTAMENTOS/ ELIMINAÇÕES RECÍPROCAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2021****Quadro n.º 55:****MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ/ MUNICÍPIA, SA**

Un.: Euros (€)

CONTABILIDADE DO MUNICÍPIO				Observações
Contas	Descrição	Débito	Crédito	
414	Investimentos Financeiros		74 819,68	Operação 1
57	Ajustam. Ativos Financeiros	58 329,53		
56	Resultados Transitados	37 078,71		
88 (785)	Outros Gastos		20 588,56	

Operação 1: Cálculo do MEP.